

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2013

Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Rua Olimpíadas, 205, 14º andar, cj. 142/143.

CEP: 04551-000 - São Paulo (SP) - Brasil

triunfo.com

sustentabilidade2013.triunfo.com

DESTAQUES HIGHLIGHTS

**R\$ 963,4
milhões**

em receita líquida – incremento de 15,4% em relação a 2012.

Net revenue of R\$ 963.4 million, up 15.4% from 2012.

**3.428
empregos**

gerados em nove estados do Brasil.

3,428 professionals in nine Brazilian states.

**R\$ 36,6
milhões**

em investimentos na área ambiental.

R\$ 36.6 million invested in environmental initiatives.



A Triunfo arrematou a maior concessão rodoviária do país, com
– BR-060, BR-153 e BR-262 (DF/GO/MG).

1.176,5 km

Triunfo won the country's biggest highway concession – a 1,176.5 km stretch of the BR-060, BR-153 and BR-262 highways in the Federal District and the states of Goiás and Minas Gerais.



A Usina Hidrelétrica Garibaldi entrou em operação com **13 meses**
de antecedência.

Start-up of the Garibaldi Hydroelectric Power Plant 13 months ahead of schedule.



Aeroporto Internacional de Viracopos foi eleito o na opinião dos usuários, segundo pesquisa da ANAC.

melhor aeroporto do Brasil

Viracopos International Airport was elected the best airport in Brazil by passengers in a survey conducted by Brazil's National Civil Aviation Agency (ANAC).

Pacto Global,

A Triunfo tornou-se signatária do reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Triunfo became a signatory to the Global Compact, reinforcing its commitment to sustainability.

754 mil MWh

de energia assegurada vendida.

754,000 MWh of assured energy sold.

705.790 TEUs

movimentados.

705.790 TEUs handled.

9,3 milhões

de passageiros circularam pelo Aeroporto de Viracopos.

9.3 million passengers served by Viracopos.

86 milhões

de veículos equivalentes.

86 million vehicle equivalents.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRI > G4-1

A cada ano, o Relatório de Sustentabilidade da Triunfo apresenta uma breve seleção de fatos que marcaram a trajetória da Companhia desde que ela foi constituída, em 1999. Dando continuidade a essa linha do tempo, 2013 será lembrado por uma realização importantíssima, que diz muito sobre nosso perfil e nossa estratégia de negócios: a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas. Ao se tornar signatária do Pacto, que reúne o maior grupo de responsabilidade corporativa do mundo – são 8 mil empresas em 135 países –, a Triunfo reafirmou seu compromisso com a sustentabilidade, comprometendo-se publicamente com a construção de um mundo mais inclusivo e igualitário.

A defesa dos direitos humanos, o respeito aos direitos do trabalho, a proteção ambiental e o combate à corrupção balizam os princípios universais do Pacto Global. Não à toa, esses princípios permeiam todos os negócios desenvolvidos pela Triunfo nos mais diferentes segmentos e regiões do Brasil onde a Companhia se faz presente. Assim, constituem parte fundamental de nossa estratégia de negócios, figurando como temas prioritários para garantir o êxito da Triunfo no longo prazo.

A crise econômica que se alastrou pelo mundo nos últimos anos confirma nossa certeza de que é preciso buscar novas formas de desenvolvimento, que promovam não apenas a geração de riquezas, mas também sua distribuição de forma mais justa. A oportunidade de participar dessa transformação, tornando o Brasil um caso concreto de reversão de desigualdades sociais e construção de desenvolvimento sustentável, motiva a Triunfo a propor soluções para os desafios que se apresentam ao país.

Seguimos comprometidos em aprofundar a reflexão sobre os impactos, os riscos e as oportunidades gerados por nossos negócios, ou seja, desejamos compreender, ainda mais, quais são os efeitos econômicos, ambientais e sociais da atuação da Triunfo. Nessa jornada de aprendizado, estamos certos de que só alcançaremos o sucesso a partir do engajamento de todos os públicos com os quais interagimos: acionistas, profissionais, fornecedores, clientes, comunidades, governos e parceiros. Em conjunto, avançaremos rumo a um futuro mais sustentável e, assim, melhor para todos.

Luiz Fernando Wolff de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração da Triunfo
Chairman of the Board of Directors of Triunfo

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

GRI > G4-1

O ano de 2013 marcou mais um ciclo de excelente desempenho operacional da Triunfo. Nas rodovias administradas por Concepa, Econorte e Concer o tráfego de veículos equivalentes ultrapassou 86 milhões ao longo do ano, um incremento de quase 5%. No setor de geração de energia, inauguramos a Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina, com 13 meses de antecedência – um compromisso firmado pela Triunfo ao conquistar a concessão. A nova usina, administrada pela Rio Canoas, acrescentou, no último trimestre de 2013, 160 mil MWh em vendas de energia ao portfólio da Companhia, composto também pela geração da Usina Hidrelétrica de Salto, localizada em Goiás e operada pela Rio Verde. Com isso, o volume total de energia assegurada vendida alcançou 754 mil MWh em 2013, um avanço de 26,6% em relação ao ano anterior.

No segmento portuário, a movimentação de contêineres na Portonave cresceu 13,8%, bem acima da média dos outros terminais brasileiros, que ficou em torno de 3%. Além da excelente performance, a empresa conquistou o prêmio internacional de Operador Portuário do Ano, no Lloyd's List Global Awards 2013, destacando-se entre os melhores terminais portuários de todo o mundo. A Portonave foi o primeiro porto brasileiro a receber esse título, o que nos enche de orgulho. Ficamos muito satisfeitos em conquistar um resultado tão positivo em um setor no qual a Triunfo atua há apenas seis anos, confirmando que, a exemplo do que faz a Portonave, não há outro caminho a seguir que não seja o do desenvolvimento sustentável, aliando excelência operacional e forte compromisso com a comunidade.

O reconhecimento internacional atesta a capacidade da Triunfo em imprimir rapidamente sua marca de qualidade e eficiência aos novos negócios que empreende. Outra prova disso é a evolução do Aeroporto de Viracopos, que teve sua administração transferida para a Companhia em fevereiro de 2013 e, em apenas 10 meses, passou de 13º colocado ao posto de melhor aeroporto do país na opinião dos usuários. Um progresso que foi percebido pelo número recorde de passageiros que circularam pelo terminal durante o ano: 9,3 milhões de pessoas.

Por fim, no setor de mineração, comemoramos a retificação da Licença Ambiental Prévia da Vetria, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que permitirá o avanço na implementação da solução logística integrada de mina-ferrovia-porto. Trata-se de um projeto estratégico para a Companhia e sua evolução torna a Vetria uma das mais promissoras empresas Triunfo.

O ano de 2013 também ficará marcado na história da Triunfo como um importante momento de ajuste de rota. Depois de quatro anos atuando no segmento, decidimos suspender as operações de cabotagem, encerrando as atividades da Maestra. Com essa decisão, maturada pela Companhia ao longo do ano, reconquistamos a previsibilidade do fluxo de caixa, até então comprometida em função da volatilidade inerente ao negócio de cabotagem.

Com alta alavancagem operacional e baixa utilização da capacidade, a Maestra vinha acumulando sucessivos resultados negativos, os quais só poderiam ser revertidos no longo prazo. Tendo em vista o cenário favorável que se revela para

negócios em outros segmentos no setor de infraestrutura, a Triunfo optou por concentrar esforços em novas oportunidades. A partir dessa decisão, conduzimos o processo de encerramento das atividades da Maestra com a máxima transparência, buscando equacionar suas consequências da melhor forma possível para todas as partes envolvidas, em especial os profissionais que se dedicavam à empresa.

Assegurada a previsibilidade de fluxo de caixa, direcionamos nosso foco para as concessões rodoviárias, caracterizadas pela rentabilidade controlada e menor exposição a riscos. A conquista da maior concessão rodoviária do país – um lote de 1.176,5 quilômetros nas BRs 060/153/262, arrematado pela Triunfo em dezembro de 2013 – representa um passo importante nesse sentido. Acreditamos no potencial desse empreendimento, localizado em uma região com perspectiva de crescimento muito positiva, e de todos os nossos outros negócios, que mostraram ótimo desempenho em 2013.

A excelente performance operacional que alcançamos em 2013 reforça nossa confiança de que o resultado contábil com o qual encerramos o ano – R\$ 98,8 milhões de prejuízo, em função da baixa de resultados negativos da Maestra, que não têm previsão de recuperação futura – será completamente superado nos próximos exercícios. Cabe ressaltar que esse resultado não tem efeito caixa e que as operações em continuidade registraram lucro de R\$ 71,7 milhões no ano.

Ancorado nos negócios em operação, o crescimento da Triunfo também será sustentado pelas oportunidades que surgem em outros segmentos do setor de infraestrutura. Após vencermos o Procedimento de Manifestação de Interesse lançado pela Prefeitura de Curitiba (PR), iniciamos em 2013 os estudos para a implantação do metrô na capital paranaense, um projeto orçado em R\$ 4,5 bilhões, com conclusão prevista para 2019. Esse projeto inicia um novo ciclo na Companhia, de busca por soluções para os desafios relacionados à mobilidade urbana. Desejamos contribuir, de fato, para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, oferecendo soluções viáveis e que atendam o usuário de forma satisfatória.

Essa tem sido a principal contribuição da Triunfo ao crescimento sustentável do país, nos diferentes setores em que atua: projetos viáveis, serviços qualificados e focados na satisfação do usuário. Como investidores na área de infraestrutura, compreendemos nosso papel na sociedade, assumindo a função de agentes de execução de políticas públicas. Isso faz com que os preceitos da sustentabilidade – o equilíbrio entre as dimensões financeira, social e ambiental – estejam presentes em todos os negócios da Triunfo. Nosso compromisso com a conservação do meio ambiente resultou em investimentos da ordem de R\$ 36 milhões em 2013, aplicados em sistemas de gestão específicos e ações de monitoramento. Para 2014 planejamos o aprimoramento de nossas diretrizes ambientais, com a revisão de indicadores a serem registrados por todas as empresas. Dessa forma, identificaremos de forma mais precisa os impactos de nossas atividades, bem como alternativas de prevenção e controle.

Na esfera social, demos início em 2013 a importantes avanços na área de gestão de pessoas, realizando, pela primeira vez, pesquisas de clima organizacional que envolveram todas as empresas Triunfo. Os resultados apontaram diversas virtudes percebidas por nossos profissionais e também oportunidades de melhoria. Com base nesses resultados iniciamos, ainda em 2013, ações que consideramos fundamentais à atração e à retenção de talentos, com destaque para o plano de desenvolvimento de competências. Temos certeza de que a atenção dispensada aos profissionais que constroem a Triunfo terá reflexos positivos no relacionamento com os diversos públicos com os quais interagimos diariamente – clientes, comunidades, fornecedores, parceiros e órgãos de governo, entre outros.

Trabalhamos pelo bem público, fazendo o que é certo, de maneira sustentável. Assim, o compromisso da Triunfo para 2014, bem como para todos os anos que se seguirem, é continuar a gerar riquezas e desenvolvimento para o Brasil.

Carlo Alberto Bottarelli
Presidente da Triunfo
CEO of Triunfo

1. A TRIUNFO

1.1 PERFIL CORPORATIVO

GRI > G4-3; G4-5; G4-6; G4-7; G4-9; G4-13

Desde 1999 a Triunfo Participações e Investimentos se dedica a proporcionar soluções inteligentes e serviços públicos de infraestrutura cada vez mais qualificados. Sediada em São Paulo (SP), a empresa atua no segmento de concessões rodoviárias, administração de portos e aeroportos, geração de energia e mineração. A Triunfo encerrou 2013 com 3.428 profissionais, distribuídos entre suas unidades operacionais localizadas em nove estados: Amazonas, na região Norte; São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no Sudeste; Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na região Sul, e Mato Grosso do Sul e Goiás, no Centro-Oeste (veja mapa na página 22).

A diversificação de atividades – todas relevantes para a sustentação do crescimento econômico do Brasil – é a marca da Triunfo e um dos seus principais ativos. Em comum, as 10 empresas em que possui participação têm como princípio a satisfação das expectativas dos clientes e usuários. Dessa forma, contribuem para o objetivo de transformar a Triunfo em uma das companhias mais valorizadas do mercado no seu segmento de atuação. A Companhia encerrou 2013 com receita líquida ajustada de R\$ 963,4 milhões, o que representou um crescimento de 15,4% em relação ao ano anterior.

O ano de 2013 marcou a consolidação da Triunfo como uma das principais empresas do setor de infraestrutura do Brasil. A Aeroportos Brasil Viracopos S.A., que atua na administração de terminais aéreos, passou a responder integralmente pela operação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), concedido à iniciativa privada em 2012. Na área de energia, a Rio Canoas Energia S.A. obteve autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina, 13 meses antes do previsto. A Triunfo também se orgulha de ter agregado novos trechos ao seu portfólio de concessões rodoviárias, após ter vencido o leilão, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (DF/GO/MG) – a maior concessão de rodovia do país, com 1.176,5 quilômetros.

Atividades tão promissoras em setores tão dinâmicos atraíram um novo sócio para a Companhia. A BNDES Participações S.A. - BNDESPAR tornou-se acionista da Triunfo, com uma participação de 14,8% no seu capital social, com aumento de capital de R\$ 330 milhões. Os novos recursos estão disponíveis para a empresa realizar mais investimentos.

Listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento que reúne companhias que adotam os mais elevados padrões de governança corporativa, a Triunfo foi destaque setorial no prêmio Abrasca de Criação de Valor 2013, promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), no segmento de Transportes e Logística.

1.1.1 CAPITAL ACIONÁRIO

Os principais acionistas da Triunfo Participações e Investimentos são a Triunfo Holding de Participações S.A., que possui 55,4% das ações ordinárias da empresa, e o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, com uma fatia de 14,8%. Demais controladores e administradores têm participação de 2,6%. O restante do capital – 27,2% – corresponde às ações ordinárias da Companhia.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA



55,4% Triunfo Holding de Participações S.A.

27,2% Ações ordinárias

14,8% BNDESPAR

2,6% Demais controladores

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

1.2.1 MISSÃO

Prover serviços públicos de infraestrutura diferenciados e com qualidade, satisfazendo nossos clientes e tornando-se, assim, a Companhia mais valorizada do mercado neste segmento de atuação.

1.2.2 VISÃO

Ser referência no mercado de serviços de infraestrutura, tendo como filosofia a inovação e o pioneirismo.

1.2.3 VALORES

Estamos convictos de que para alcançarmos um desenvolvimento sustentável precisamos de:

- Respeito ao ser humano
- Respeito ao meio ambiente
- Apoio às comunidades onde estamos inseridos
- Inovação
- Ética
- Qualidade

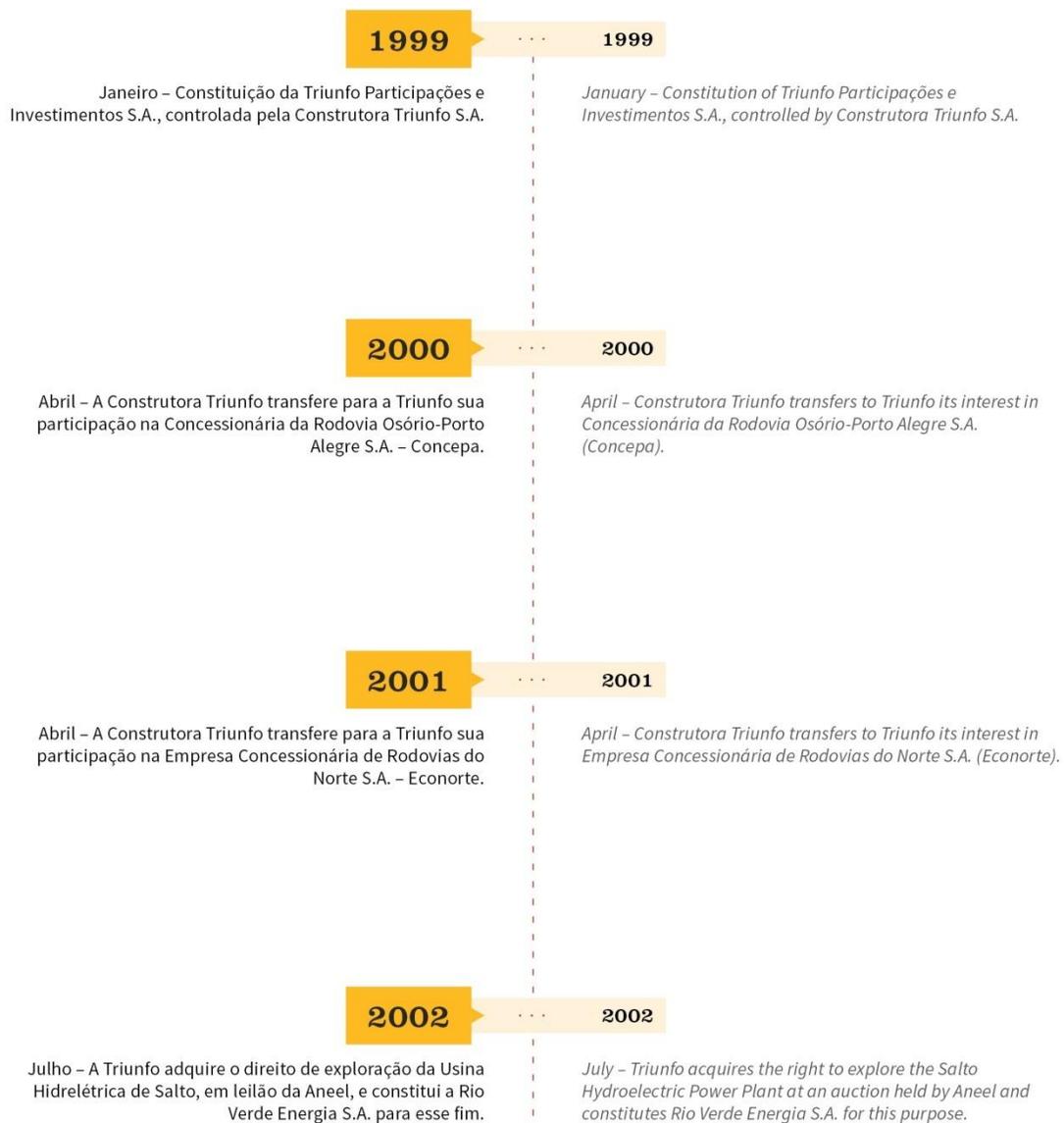
- Transparência
- Tecnologia

1.2.4 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

A política de sustentabilidade da Triunfo manifesta o compromisso da Companhia e de todas as suas empresas com o equilíbrio entre crescimento econômico, conservação ambiental e desenvolvimento social. O documento, disponível no website da Triunfo, estabelece diretrizes para relacionamento com as partes interessadas, determinando a adoção de uma conduta ética e transparente dos negócios.

1.3 HISTÓRICO

1.3 HISTORY



2003

2003

February – A Construtora Triunfo transfere para a Triunfo sua participação na Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. – Concer.

February – Construtora Triunfo transfers to Triunfo its interest in Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. (Concer).

2005

2005

July – A Triunfo adquire participação adicional na Econorte, passando a deter 50% do capital da empresa.

July – Triunfo acquires additional interest in Econorte, taking its interest to 50%.

2006

2006

December – A Triunfo e a Construtora Triunfo realizam uma reorganização societária, com a separação total dos seus negócios entre construção civil e participação em empresas do setor de infraestrutura.

December – Triunfo and Construtora Triunfo carry out corporate reorganization, which involves the complete separation of their businesses into the construction and investments in infrastructure companies segments.

2007

2007

May – A Triunfo adquire participação adicional na Portonave e passa a deter 50% do capital da empresa.

May – Triunfo acquires additional interest in Portonave, taking its interest to 50%.

June – A Rio Verde vende a totalidade da energia a ser produzida na Usina Hidrelétrica de Salto para a Votener, empresa do Grupo Votorantim, por um período de 16 anos.

June – Rio Verde sells all the energy to be generated by the Salto Hydroelectric Plant to Votener, a Votorantim Group company, for a period of 16 years.

July – A Triunfo realiza oferta pública inicial de ações no Novo Mercado, segmento de listagem da BM&FBovespa.

July – Triunfo holds its initial public offering in the Novo Mercado segment of the BM&FBovespa.

Outubro – Início da operação da Portonave.

October – Operational start-up of Portonave.

Novembro – A Triunfo adquire participação adicional na Econorte e na Rio Tibagi Operações e Serviços Rodoviários Ltda. e passa a deter 100% do capital das duas empresas.

November – Triunfo acquires additional interest in Econorte and Rio Tibagi Operações e Serviços Rodoviários Ltda., now holding 100% interest in both companies.

2008

Outubro – A Triunfo adquire participação adicional na Concepa e na Rio Guaíba e passa a deter 100% do capital das duas empresas.

2008

October – Triunfo acquires additional interest in Concepa and Rio Guaíba, now holding 100% interest in both companies.

2009

Janeiro – A Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A., câmara frigorificada da Portonave, entra em operação.

2009

January – Operational start-up of Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A., the cold storage facility of Portonave.

2010

Maio – A Usina Hidrelétrica de Salto, da Rio Verde, entra em operação comercial.

Julho – A Triunfo adquire o direito de exploração da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em leilão da Aneel, por meio da Rio Canoas Energia S.A.

2010

May – Commercial start-up of Rio Verde's Salto Hydroelectric Power Plant.

July – Triunfo acquires the right to explore the Garibaldi Hydroelectric Power Plant at an auction held by Aneel, through Rio Canoas Energia S.A.

2011

2011

Dezembro – A Triunfo cria a Vetria Mineração S.A., em parceria com a América Latina Logística S.A. (ALL) e a Vetorial Participações S.A.

December – Triunfo creates Vetria Mineração S.A. in partnership with América Latina Logística S.A. (ALL) and Vetorial Participações S.A.

2012

2012

Fevereiro – A Triunfo vence leilão para expansão, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em parceria com a UTC Participações S.A. e a Egis Airport Operation.

February – Triunfo wins auction for the expansion, maintenance and operation of the Viracopos International Airport, in partnership with UTC Participações S.A. and Egis Airport Operation.

Fevereiro – A Triunfo adquire uma área em Manaus (AM) e o direito para nela erguer e explorar um porto, na margem esquerda do Rio Negro, por meio da Portonaus S.A. Terminais Portuários.

February – Triunfo acquires land in Manaus (AM) and the right to build and explore a port there, on the left bank of the Rio Negro River, through Portonaus S.A. Terminais Portuários.

2013

2013

Fevereiro – A Aeroportos Brasil Viracopos assume integralmente a operação do Aeroporto Internacional de Viracopos.

February – Aeroportos Brasil Viracopos takes full charge of operations at the Viracopos International Airport.

Fevereiro – As reservas inferidas das jazidas da Vetria são avaliadas em 10 bilhões de toneladas de recursos minerais.

February – Mineral reserves at Vetria's mines are estimated at 10 billion tons.

Abril – O BNDES Participações S.A. – BNDESPAR aprova seu ingresso no capital social da Triunfo e adquire uma participação de 14,8%.

April – BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) acquires 14.8% interest in Triunfo after approving the same.

Setembro – A Usina Hidrelétrica Garibaldi começa a operar 13 meses antes do previsto.

September – The Garibaldi Hydroelectric Power Plant starts its commercial operations 13 months ahead of schedule.

Novembro – A Triunfo suspende as atividades da Maestra.

November – Triunfo suspends operations at Maestra.

Dezembro – A Triunfo vence o leilão de concessão das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (DF/GO/MG) – a maior concessão rodoviária do país, com 1.176,5 quilômetros.

December – Triunfo wins the auction for the concession of highways BR-060, BR-153 and BR-262 (DF/GO/MG) – the largest toll road concession in Brazil stretching 1,176.5 kilometers.

1.4 EMPRESAS

GRI > G4-4; G4-8; G4-9

1.4.1 Aeroportos

Aeroportos Brasil Viracopos

Em operação desde novembro de 2012, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. foi pioneira na concessão de terminais aéreos no Brasil e atualmente é a responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Viracopos, no estado de São Paulo. A Triunfo faz parte do consórcio de empresas – composto ainda pela UTC Participações S.A. e pela Egis Airport Operation – que venceu o leilão para expansão, manutenção e operação do terminal realizado em fevereiro de 2012. O consórcio, no qual a Triunfo tem uma participação de 45%, é acionista da Aeroportos Brasil Viracopos, detendo 51% do capital. Os outros 49% pertencem à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Assim, a participação total indireta da Triunfo na empresa corresponde a 23%.

Campinas é um dos mais importantes polos tecnológicos do Brasil, abrigando universidades reconhecidas e empresas de tecnologia de ponta. O terminal aéreo, localizado a 14 quilômetros do centro da cidade e a 99 quilômetros da capital paulista, é servido pelas rodovias Santos Dumont, Bandeirantes e Anhanguera. A localização estratégica contribuiu para tornar Viracopos o principal aeroporto de cargas do país.

Em 2013, ele recebeu um recorde de 9,3 milhões de passageiros, um crescimento de 5% em relação ao ano anterior. O plano de investimentos da Aeroportos Brasil Viracopos, que prevê um aporte de R\$ 9,5 bilhões nos 30 anos de duração da concessão, deve elevar o número de passageiros para 80 milhões por ano.

Em 2014, um novo terminal de passageiros será inaugurado. O projeto contempla uma moderna estrutura, que oferecerá mais conforto e segurança aos usuários. As melhorias já realizadas, como a ampliação das áreas de embarque de 2.500 m² para 5.000 m² e o aumento de 75% do número de vagas de estacionamento, levaram o aeroporto a ser eleito o melhor do país entre os 15 que serão utilizados durante a Copa do Mundo, segundo pesquisa com passageiros realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) no quarto trimestre de 2013. Ao final do ano, o quadro funcional da Aeroportos Brasil Viracopos somava 604 profissionais.

1.4.2 PORTOS

Portonave

Sediada em Navegantes, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a Portonave opera há seis anos um dos mais modernos terminais portuários do Brasil, localizado na margem esquerda do Rio Itajaí-Açu. Responde por 46% da movimentação de cargas em contêineres no estado, reconhecido pelo perfil econômico diversificado. Concebido para realizar o escoamento da produção das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, além de outros países da América do Sul, o Terminal emprega cerca de mil profissionais qualificados para oferecer as melhores soluções logísticas para importação e exportação. A Triunfo tem participação de 50% na Portonave e a Bakmoon Investment detém a outra metade.

O aporte inicial para implantar a Portonave, de R\$ 450 milhões, vem sendo acrescido de novos investimentos ao longo dos anos. Em 2013 o Terminal adquiriu equipamentos de última geração, nos quais foram investidos R\$ 80 milhões, e consolidou o projeto de ampliação de sua retroárea dos atuais 270 mil m² para 410 mil m² – as obras devem iniciar em 2014. A Portonave movimentou 705.790 TEUs – unidade de medida que equivale a um contêiner de 20 pés – em 2013, um crescimento de 13,8% em relação ao ano anterior. A excelência dos serviços permitiu à Portonave ser o primeiro

porto brasileiro a receber o título de Operador Portuário do Ano no Lloyd's List Global Awards 2013, prestigiada premiação do jornal britânico Lloyd's List. O Terminal também figurou entre os três melhores operadores portuários no Containerisation International Awards 2013, da revista britânica homônima.

A Portonave possui duas empresas controladas, ambas integradas às atividades do Terminal. Uma é a Iceport – Terminal Frigorífico de Navegantes S/A, armazém frigorífico totalmente automatizado, com capacidade para 16 mil posições pallets. Ao atuar também como trading company, oferecendo soluções como transporte rodoviário e marítimo e liberação aduaneira, a Iceport, em 2013, operou 285.166 toneladas em carga, um incremento de 30% em relação ao ano anterior. A outra controlada é a Teconnave, que presta serviços de apoio às atividades portuárias, focados em retroárea e armazenagem.

Portonaus

Projetada para operar um terminal portuário focado em modernas soluções logísticas de apoio à indústria e ao comércio de Manaus, a Portonaus também servirá de base para as operações de cabotagem, armazenagem e movimentação de contêineres. O porto está sob os cuidados da Triunfo desde 2012, quando a Portonaus adquiriu 91% das cotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., proprietária da área e da autorização para a exploração do terminal – na margem esquerda do Rio Negro – por tempo indeterminado. Na região, aproximadamente 90% dos produtos consumidos localmente chegam por meio de hidrovias.

1.4.3 MINERAÇÃO

Vetria Mineração

Uma das empresas mais recentes entre as unidades operacionais da Triunfo, a Vetria Mineração nasceu em 2012, a partir de uma parceria da América Latina Logística (ALL) e da Vetorial Participações com a Triunfo, que possui 15,79% no negócio. A empresa foi criada para atuar na extração, beneficiamento, logística e comercialização do minério de ferro explorado em uma mina, já operacional, localizada em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Além do desenvolvimento da mina, o plano de investimentos da Vetria prevê também a compra de locomotivas e vagões e a completa modernização da ferrovia que liga Corumbá a Santos, no litoral de São Paulo, além da construção de um terminal portuário em um terreno localizado na Baixada Santista. Por esse sistema será escoada a produção sul-mato-grossense.

Em 2013, a primeira fase da avaliação de reservas minerais da Vetria, realizada pela consultoria Coffey Mining, concluiu que a jazida da empresa possui 10 bilhões de toneladas de recursos inferidos, dez vezes mais que a estimativa inicial de 1 bilhão de toneladas, divulgada um ano e meio antes. A produção atual em Corumbá, de 1 milhão de toneladas por ano, deverá atingir 27,5 milhões de toneladas anuais. O investimento integrado – na mina, na ferrovia e no porto – deverá totalizar R\$ 11,5 bilhões e está sendo desenvolvido pela Vetria de acordo com princípios sustentáveis preconizados por instituições nacionais e internacionais.

1.4.4 CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Concepa

A Concepa administra 121 quilômetros nas rodovias BR-290 e BR-116, no Rio Grande do Sul. Também conhecida como Free Way, a BR-290 é um dos principais corredores de ligação do Brasil com o Mercosul, em especial com o Uruguai e a Argentina. Nesses trechos há nove quilômetros de pistas simples e 112 quilômetros de pistas duplas, além de três praças de pedágio – duas unidirecionais (em Santo Antônio da Patrulha e Eldorado do Sul) e uma bidirecional (Gravataí) –, com 56 vias de cobrança manual e oito vias de cobrança automática. Por elas trafegaram 37,94 milhões de veículos equivalentes em 2013. As rodovias administradas pela Concepa passam pelas cidades de Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Eldorado do Sul e Guaíba.

O contrato de concessão da Concepa foi celebrado em 1997 e prevê a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação e a operação das rodovias, mediante a cobrança de pedágio. O prazo é de 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Desde o início da concessão, a empresa investiu R\$ 319 milhões na estrada. A Triunfo possui 100% do controle acionário da Concepa, adquirido em 2008. A edição 2013/2014 do Guia Rodoviário Quatro Rodas destacou os trechos administrados pela Concepa entre as 10 melhores rodovias federais do Brasil.

Concer

A Concer foi pioneira na gestão de rodovias no Brasil, assumindo a dianteira no programa de concessões rodoviárias lançado pelo Governo Federal em 1995. Está sob sua administração um trecho de 180 quilômetros da BR-040, ligando a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, à capital do Rio de Janeiro. Trata-se do principal corredor rodoviário entre os dois estados, que são a segunda e a terceira maiores economias do Brasil. O trecho é composto por 23 quilômetros de pistas simples em processo de duplicação e outros 157 quilômetros de pistas duplas. Há nele três praças de pedágio bidirecionais (em Duque de Caxias, Areal e Simão Pereira), com 38 vias de cobrança manual e oito vias de cobrança automática, por onde passaram 32,27 milhões de veículos equivalentes em 2013.

Os investimentos realizados na rodovia, que já somaram R\$ 404 milhões, transformaram a estrada em uma das mais seguras e eficientes do Brasil. A edição 2013/2014 do Guia Rodoviário Quatro Rodas destacou a BR-040 entre as 10 melhores rodovias federais do Brasil. O contrato de concessão, celebrado em 1995, tem prazo de 25 anos e prevê a recuperação, o reforço, o monitoramento, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da rodovia, mediante a cobrança de pedágio. A Triunfo possui uma participação de 62,5% na Concer, sendo os 37,5% restantes divididos entre a Construcap-CCPS Engenharia e Comércio S.A., CMSA Participações S.A. e CCI Concessões Ltda.

Econorte

Constituída em 1997, com o Programa de Concessão de Rodovias coordenado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR), a Econorte administra uma malha rodoviária de 341 quilômetros, distribuídos em cinco trechos: BR-369, BR-153, PR-323, PR-445 e PR-090. São 289,8 quilômetros de pistas simples e 50,9 quilômetros de pistas duplas. Neles, a Econorte possui três praças de pedágio bidirecionais (em Jacarezinho, Jataizinho e Sertaneja), com 29 vias de cobrança manual e quatro vias de cobrança automática – 15,8 milhões de veículos equivalentes passaram por elas em 2013.

A malha rodoviária da Econorte liga 15 municípios do norte do Paraná. A região é considerada estratégica, por abranger os eixos rodoviários que servem como as principais rotas de entrada e saída, tanto do Paraná quanto de São Paulo. Essas rodovias são utilizadas também como alternativas viáveis para escoar safras vindas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em direção aos portos do Sul do país. A Triunfo tem 100% de participação na Econorte, cuja concessão tem prazo de 24 anos.

Empresas de serviços

A Triunfo possui participação acionária majoritária em três empresas que prestam serviços relacionados ao segmento rodoviário, como manutenção da rodovia, socorro mecânico e reboque de veículos, serviço médico-hospitalar e resgate. Todas atuam de forma integrada às concessionárias de rodovias. A Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (com participação de 62,5% da Triunfo) presta serviços para a Concer. A Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (100% detida pela Triunfo) atua em conjunto com a Concepa. Já a Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda. (100% detida pela Triunfo) trabalha em parceria com a Econorte.

1.4.5 ENERGIA

Rio Verde

A Rio Verde detém a concessão da Usina Hidrelétrica de Salto (UHE Salto), localizada entre os municípios de Itarumã e Caçu, em Goiás, que está em operação comercial desde 2010. Com 116 MW de potência instalada, a usina assegura uma produção de 594 GWh por ano – sendo que a totalidade dessa energia já está negociada até 2026. A construção e a operação da UHE Salto contaram com um investimento R\$ 571 milhões da Triunfo, que detém participação de 100% na empresa. Ao final de 2013 a usina encontrava-se destinada à venda.

Rio Canoas

Constituída em 2010, a empresa é a responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Garibaldi, localizada entre os municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, em Santa Catarina. Com capacidade instalada de 191,9 MW e produção assegurada de 728 GWh por ano, a usina poderá ser explorada pela Rio Canoas até 2045, quando vence a concessão. A Triunfo possui participação de 100% no capital da empresa.

Um total de 70% da produção de energia de Garibaldi – a partir da data prevista de sua entrada em operação, no dia 1º de janeiro de 2015 – já está vendido. Como a obra transcorreu à frente do cronograma, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o início da operação comercial da usina a partir de setembro de 2013, 13 meses antes do previsto. Dessa forma, a Rio Canoas passou a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada até a data inicialmente programada. Ao final de 2013 a usina encontrava-se destinada à venda.

Triunfo Negócios de Energia

A Triunfo Negócios de Energia é uma trading de energia elétrica, que comercializa tanto energia convencional quanto proveniente de fontes alternativas. Também atua como prestadora de serviços especializados no âmbito do setor

elétrico brasileiro. Para consumidores livres, faz assessoria regulatória, análise de contratos e contratação de energia, entre outros serviços. No segmento de geração, além de assessoria, também presta serviços de representação junto aos órgãos reguladores, como a Aneel.

1.4.6 NAVEGAÇÃO

Maestra

Em novembro de 2013 a Triunfo suspendeu, por razões estratégicas, as operações de cabotagem, encerrando as atividades da Maestra, empresa constituída em 2011 para atuar no segmento. A fim de minimizar os impactos do encerramento, a Triunfo conduziu o processo com o máximo de transparência, oferecendo aos stakeholders da Maestra, em especial a seus profissionais, todas as informações e orientações necessárias. Na data da suspensão das atividades, 330 pessoas integravam o quadro funcional da Maestra. Destas, 94 foram demitidas – o equivalente a 28,4%. Em 31 de dezembro de 2013, 30,5% dos profissionais desligados já se encontravam realocados – entre eles, 20,7% estavam trabalhando em outras empresas da Triunfo.

1.5 CONTEXTO DE ATUAÇÃO

1.5.1 rodovias

Responsável por 52% da receita líquida da Triunfo, o segmento de concessões rodoviárias ganhou destaque em função da retomada das licitações tanto pelo Governo Federal quanto pelos estaduais. De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), a extensão das estradas com tráfego pedagiado aumentou 57% nos últimos dez anos, alcançando 15.454 quilômetros, operados por 54 concessionárias. Buscando eficiência na manutenção das rodovias, na tentativa de elevar a competitividade da economia com a redução do custo do transporte, o Brasil acompanha a tendência global de outorgar a administração das estradas à iniciativa privada. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) em 2013, com base na análise de 97 mil quilômetros de rodovias, indicou que 48,5% dos trechos concedidos foram considerados em ótimo estado de conservação, enquanto a mesma avaliação foi dada a apenas 2,7% dos trechos sob gestão pública. Ano após ano, as concessionárias de rodovias também têm conseguido obter sucesso na redução do número de acidentes. Segundo a ABCR, o índice de acidentes verificado em 2012 – de 0,78 a cada 10 mil veículos que cruzam as praças de pedágio das estradas concedidas – foi o menor desde fins da década de 1990.

A história das concessões de rodovias no Brasil se inicia na década de 1990, com a edição de leis, decretos e portarias que permitiram delegar a exploração das estradas a empresas privadas. Na época, o Governo Federal instituiu o Programa de Concessão de Rodovias Federais, abrangendo 11.191 quilômetros de rodovias. Nessas duas décadas, as concessões previstas no programa foram promovidas pelo Ministério dos Transportes, pelos governos estaduais e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), criada em 2001.

Em 2012, as concessões rodoviárias ganharam destaque no Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal com o objetivo de desenvolver um sistema de transportes moderno e eficiente para o país. O PIL prevê licitação para 7.500 quilômetros de estradas federais, com investimentos totais estimados em R\$ 46 bilhões, no que constitui a terceira etapa do programa de concessão lançado nos anos 1990. Dos nove lotes incluídos no PIL, foram realizados os leilões de cinco durante o ano de 2013, somando 4.248 quilômetros concedidos e investimentos previstos

de R\$ 23,4 bilhões no período de vigência dos contratos, de 30 anos. Um dos lotes, que compreende um trecho de 1.176,5 quilômetros nas BRs 060, 153 e 262, foi arrematado pela Triunfo em dezembro de 2013.

As concessões realizadas no âmbito do PIL são vencidas pelas empresas que apresentam a proposta com a menor tarifa básica de pedágio. O modelo adotado estabelece que as obras de duplicação sejam concluídas nos primeiros cinco anos do contrato, o que assegura que a parte mais relevante dos aportes ocorra num curto prazo. Bancos públicos podem financiar até 70% do investimento com juros subsidiados. A cobrança de pedágio é autorizada apenas depois da conclusão de, no mínimo, 10% das obras de duplicação previstas no contrato.

1.5.2 PORTOS

O sistema portuário brasileiro é composto por 37 portos organizados, entre marítimos e fluviais, e 128 Terminais de Uso Privativo (TUPs), segundo a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR). Por meio deles ocorre mais de 90% do comércio exterior do país. Em 2013, o volume de cargas movimentadas nos portos e TUPs atingiu 929 milhões de toneladas, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), um incremento de cerca de 3% em relação ao ano anterior. Os terminais de uso privativo foram responsáveis por 64% da movimentação geral de carga.

Até 1990 o sistema portuário era formado essencialmente por portos administrados e operados pelas Companhias Docas de cada estado e pela Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás), que acabou extinta pelo Programa Nacional de Desestatização. Em 1993 a participação da iniciativa privada no setor foi regulamentada pela Lei de Modernização dos Portos, que permitiu às empresas operar terminais localizados em portos organizados. Nas últimas duas décadas, a presença da iniciativa privada no setor favoreceu os investimentos em infraestrutura e a modernização dos terminais.

Em 2013 o governo brasileiro deu um grande passo ao estabelecer um novo marco regulatório para o setor. Sancionada em junho, a Lei 12.815 – conhecida como Lei dos Portos – teve como diretrizes o estímulo ao investimento privado e à concorrência. Houve mudanças significativas. Os TUPs passaram a ter liberdade de movimentação de carga, seja ela própria ou não. A lei também deu aos concessionários dos terminais a opção de contratar a mão de obra operacional a vínculo, no lugar do formato avulso intermediado pelos Órgãos Gestores de Mão de Obra (OGMO), e garantiu o direito a renovações sucessivas do prazo de autorização para exploração a cada 25 anos.

Um capítulo do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em 2012, é dedicado ao sistema portuário. Os planos são de que o setor receba investimentos de R\$ 54,6 bilhões até 2017, por meio de concessões, arrendamentos e autorizações para construção de novos TUPs, seguindo o novo marco regulatório.

Um total de 159 áreas passíveis de arrendamento dentro dos portos organizados já foi identificado pela SEP/PR. O processo de licitação desses arrendamentos é realizado pela Antaq. Para a definição do vencedor são adotados critérios relacionados à menor tarifa ofertada, à maior capacidade de movimentação e ao menor tempo de movimentação de carga. Ainda não há um cronograma estabelecido para essas licitações. No caso dos TUPs, localizados fora dos portos organizados, os interessados em obter autorização para instalação portuária podem apresentar requerimento à Antaq a qualquer momento. Recebida a solicitação, a Antaq publica um Anúncio Público para identificar outros interessados em projetos com características semelhantes e na mesma região. A SEP/PR analisa a viabilidade dos empreendimentos e celebra os contratos de adesão. Da edição da Lei dos Portos até novembro de 2013 foram anunciados 77 empreendimentos, com investimentos previstos de R\$ 16,3 bilhões.

1.5.3 ENERGIA

Em 2013 a capacidade instalada de geração de energia no Brasil alcançou 126,7 mil megawatts (MW), um crescimento de aproximadamente 5% em relação a 2012, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A energia produzida nas hidrelétricas respondeu por 64% da capacidade instalada do país, seguida pelas termelétricas, com 29%. As pequenas centrais hidrelétricas representaram 3,8% da capacidade instalada e as eólicas, 1,7%. Os menos de 2% restantes correspondem à capacidade instalada de usinas nucleares e centrais geradoras.

No país, o mercado de geração de energia elétrica é regulado e integrado. O desenvolvimento de projetos e o uso e a venda de energia podem ser conduzidos pelo Governo Federal ou por terceiros, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor foi dominado por concessionárias controladas pelo poder público, tanto na geração quanto na transmissão e na distribuição. Mas nos últimos anos o governo tem buscado alterar esse modelo, adotando medidas para incentivar o investimento privado e estrangeiro, ampliando a concorrência.

Segundo o último Plano Decenal de Expansão de Energia, lançado pelo Ministério de Minas e Energia em dezembro de 2013, a expansão do parque de geração de energia elétrica no país requer investimentos da ordem de R\$ 200 bilhões até 2022, sendo 54% desse montante voltado para usinas hidrelétricas, 41% para pequenas centrais hidrelétricas, projetos de biomassa e parques eólicos, e os 5% restantes para termelétricas. O resultado esperado é um aumento de 53% na capacidade instalada do sistema. Segundo o plano as hidrelétricas seguirão predominantes, representando cerca de 65% da capacidade instalada de geração de eletricidade.

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar usinas hidrelétricas e linhas de transmissão precisam participar de processos licitatórios de concessão. No caso de geração térmica e de outras fontes renováveis, o procedimento é diferente e pressupõe a solicitação de autorização para implantar o empreendimento diretamente ao ministério ou à Aneel. As concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área por determinado período – normalmente, de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. As concessões já existentes são renovadas a critério do poder concedente. A compra e a venda de energia podem ocorrer no Ambiente de Contratação Regulada, com a contratação de energia elétrica pelas distribuidoras sendo realizada por meio de leilões, ou no Ambiente de Contratação Livre, voltado para agentes não regulados, como os grandes consumidores de energia.

1.5.4 AEROPORTOS

O aumento da renda dos brasileiros na última década teve impacto relevante sobre o comportamento do setor aéreo no país. Em 2013, um número recorde de mais 111 milhões de passageiros foi transportado, considerando aqueles com bilhetes aéreos pagos e gratuitos, por empresas brasileiras e estrangeiras, em voos domésticos e internacionais. O incremento foi de 56% em apenas quatro anos, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Em especial, houve um crescimento significativo na quantidade de embarques domésticos – o número saltou de menos de 59 milhões em 2009 para quase 92 milhões em 2013. De acordo com estudo da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), o Brasil pode se tornar o terceiro maior mercado aéreo doméstico do mundo até 2017, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Diante da necessidade de melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários e ampliar a oferta de transporte aéreo, o Governo Federal deu início a um programa de concessões de terminais aéreos para a iniciativa privada. Em 2011 os aeroportos internacionais de Brasília, no Distrito Federal, e de Guarulhos e Campinas, em

São Paulo, foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização. Em fevereiro de 2012 os três terminais foram a leilão, sendo que a Triunfo, por meio do consórcio Aeroportos Brasil, arrematou o de Campinas por R\$ 3,8 bilhões. No fim do mesmo ano foi anunciada a inclusão dos aeroportos no Programa de Investimentos em Logística (PIL), prevendo a concessão dos terminais internacionais do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais – que ocorreu em novembro de 2013.

Nos cinco casos, o critério para a seleção dos vencedores foi o maior valor de contribuição ao sistema aeroportuário. Os aeroportos passaram a ser administrados por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), na qual a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) tem participação de 49% no capital social. Os 51% restantes pertencem aos consórcios vencedores da licitação. As concessões têm prazos variados – e quando encerrados os aeroportos voltarão a ser controlados pelo poder público, podendo ser novamente concedidos. Os recursos arrecadados no processo foram repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Além das concessões de Galeão e Confins, o PIL também estabeleceu que os recursos do FNAC sejam usados para realizar investimentos – estimados em R\$ 7,3 bilhões – em 270 aeroportos regionais. O objetivo é assegurar que o equivalente a 96% da população brasileira tenha um aeroporto apto para receber voos regulares a menos de 100 quilômetros de distância de onde mora. Por fim, o programa incluiu ainda estímulos para o desenvolvimento de aeródromos civis públicos dedicados exclusivamente a operações da aviação geral, como aviação executiva, táxi aéreo, instrução e treinamento e serviços especializados. Os interessados nesse tipo de negócio devem solicitar autorização à Secretaria de Aviação Civil (SAC) – se aprovada, a ANAC formaliza a delegação por meio de termo de autorização.

1.5.5 MINERAÇÃO

Base para cadeias produtivas variadas, o setor mineral responde por aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, considerando as atividades de geologia, mineração e transformação mineral, conforme cálculos do Ministério de Minas e Energia. Destacado produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita, manganês e vários outros bens minerais, o país possui cerca de um milhão de empregos diretamente ligados ao segmento, ou 8% do emprego industrial. Em 2013, a participação do setor mineral nas exportações brasileiras foi de 23,5% – só a venda de minério de ferro para o exterior foi responsável por 13,4% do total exportado. Ao mesmo tempo em que a exploração mineral já demonstra sua importância na balança comercial do país, produtores procuram identificar novas jazidas no território nacional: o número de alvarás de pesquisa mineral emitidos em 2013 foi de 13.562, um incremento de 53% em relação ao ano anterior.

A tendência é de que, nos próximos anos, a relevância do setor mineral siga crescendo. O Plano Nacional de Mineração 2030, elaborado pelo ministério, prevê que os investimentos em pesquisa mineral, mineração e transformação mineral (metalurgia e não metálicos) – praticamente todos originários da iniciativa privada – atinjam US\$ 270 bilhões até 2030. Considerando que a exploração mineral também depende do desenvolvimento de cadeias logísticas e de infraestrutura, o valor total pode alcançar US\$ 350 bilhões.

Na tentativa de incentivar investimentos na pesquisa e lavra de minérios e estimular a concorrência, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, em 2013, um projeto de lei que altera o marco regulatório do setor mineral. A proposta prevê a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) para regular e fiscalizar as atividades do setor. Algumas das principais mudanças estabelecidas no novo marco dizem respeito à concessão de lavra para as empresas interessadas em explorar uma determinada área, que passará a ser feita mediante processo licitatório ou chamada pública – atualmente não há licitação e a concessão de lavra é garantida aos empreendedores que obtiverem um alvará de

pesquisa para uma área, desde que cumpram determinados requisitos. Em março de 2014, o projeto ainda tramitava no Poder Legislativo.

1.6 ESTRATÉGIA

GRI > G4-42

Em 2013, a Triunfo deu início à atualização de seu Plano Estratégico, em um processo que envolveu o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, os gestores das empresas Triunfo e a empresa de consultoria AT Kearney. A partir de uma profunda avaliação do portfólio atual de operação, foram definidos novos objetivos estratégicos e também selecionados os setores de maior interesse para atuação.

O Plano resultante desse trabalho tem como função orientar a condução dos negócios entre os anos de 2013 e 2018, desdobrando-se em metas, frentes de ação e iniciativas que garantam a sua execução. A estratégia definida também estabelece a lógica de investimento para os próximos anos, de modo a identificar as oportunidades de crescimento dos resultados no curto e no longo prazo.

Fator fundamental à perpetuidade do negócio, a sustentabilidade permeia o Plano Estratégico da Triunfo. Por isso, a Companhia tem como meta para 2014 identificar os principais impactos de suas operações ao meio ambiente e à sociedade, engajando diferentes partes interessadas.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

GRI > G4-32; G4-34; G4-38; G4-39; G4-51

Ciente de que a perpetuidade dos negócios depende fundamentalmente da qualidade da gestão e do respeito aos interesses dos stakeholders, a Triunfo tem dedicado especial atenção aos aspectos relacionados às boas práticas de governança corporativa desde a sua constituição. A Companhia está listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segmento que reúne as empresas que adotam os mais elevados padrões de governança corporativa. Atualmente seus papéis compõem os índices de ações de empresas com níveis diferenciados de governança: Índice Brasil Amplo, o IBRA; Índice BM&FBOVESPA Small Cap, o SMLL; Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada Novo Mercado, o IGC-NM; e Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, o ITAG.

ÍNDICES DE AÇÕES TRIUNFO



A estrutura de governança Triunfo é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A Assembleia Geral Ordinária (AGO), da qual todos os acionistas têm o direito de participar, é o principal fórum decisório na empresa – convocada com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

2.1.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pautado pela missão de posicionar a Triunfo como a empresa mais valorizada no seu segmento de atuação, o Conselho de Administração estabelece as políticas e diretrizes gerais do negócio, avaliando aspectos econômicos, ambientais e sociais das atividades que desenvolve. É um órgão de deliberação colegiada, responsável tanto por determinar as estratégias de longo prazo da Companhia quanto por controlar e fiscalizar seu desempenho a cada trimestre. Seguindo as melhores práticas de governança corporativa, os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor-presidente da Companhia não são acumulados pelo mesmo executivo.

Formado por oito membros, dos quais dois são independentes – um deles eleito pelos acionistas minoritários –, o Conselho de Administração da Triunfo realiza a supervisão da gestão da diretoria da empresa. Reúne-se quatro vezes por ano ordinariamente e, extraordinariamente, conforme a necessidade. As reuniões são convocadas com antecedência mínima de oito dias e a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. As atas dos encontros são publicadas no site da Companhia.

Os conselheiros independentes não possuem qualquer vínculo, comercial ou profissional, com a Triunfo. São remunerados apenas e tão somente pela atuação no Conselho de Administração. Fornecedores, clientes, administradores de entidades que prestam serviços à empresa, profissionais e seus cônjuges ou parentes até segundo grau, portanto, não podem ser eleitos conselheiros independentes.

O mandato dos conselheiros é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Na última Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2013, foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Triunfo para o período 2013-2015.

Conselho de Administração da Triunfo

(em 31/12/2013)

Nome	Cargo
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	Presidente do Conselho
Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz	Conselheiro
Fernando Xavier Ferreira	Conselheiro Independente
João Villar Garcia	Conselheiro
Leonardo de Almeida Aguiar	Conselheiro
Marcelo Souza Monteiro	Conselheiro independente
Ricardo Stabille Piovezan	Conselheiro
Ronald Herscovici	Conselheiro

Confira os currículos dos conselheiros em www.ri.triunfo.com

2.1.2 CONSELHO FISCAL

Com a função de fiscalizar as decisões dos administradores e analisar as demonstrações financeiras da Triunfo, o Conselho Fiscal foi instituído em 2010 e tem caráter não permanente. É um órgão independente da administração e da auditoria externa da empresa, sendo formado por três membros efetivos – dois eleitos pelos acionistas minoritários – e três suplentes, eleitos em assembleia geral. Não possui membros que façam parte do Conselho de Administração, da diretoria ou do quadro de empregados da empresa, ou ainda do quadro de empregados de suas controladas.

O Conselho Fiscal se reúne ao menos quatro vezes por ano, trimestralmente. As reuniões são convocadas com antecedência mínima de cinco dias e a apresentação da pauta. O mandato dos conselheiros fiscais é de um ano, com possibilidade de reeleição. A atual composição do órgão foi estabelecida na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2013.

Conselho Fiscal da Triunfo

(em 31/12/2013)

Nome	Status
Bruno Shigueyoshi Oshiro	Conselheiro - Efetivo
Paulo Roberto Franceschi	Conselheiro - Efetivo
Vanderlei Dominguez Rosa	Conselheiro - Efetivo
Alberto Sammarone Silveira Lima	Conselheiro - Suplente
Eduardo da Gama Godói	Conselheiro - Suplente
Giorgio Bampi	Conselheiro - Suplente

Confira os currículos dos conselheiros em www.ri.triunfo.com

2.1.3 DIRETORIA EXECUTIVA

Aos diretores executivos da Triunfo cabe conduzir a prática dos negócios da empresa, assim como executar as deliberações do Conselho de Administração, órgão pelo qual são nomeados. O mandato da diretoria é de dois anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente, sua composição é a que consta a seguir.

Diretoria Executiva da Triunfo

(em 31/12/2013)

Nome	Cargo
Carlo Alberto Bottarelli	Diretor-Presidente e Diretor de Energia
Dorival Pagani Júnior	Diretor de Novos Negócios (não estatutário)
Emma Russo	Diretora de Logística (não estatutária)
Joel Peito	Diretor de Novos Negócios (não estatutário)
Luiz Eduardo Barros Manara	Diretor de Relações Institucionais
Paula Paulozzi Villar	Diretora de Coordenação Jurídica
Sandro Antônio de Lima	Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Confira os currículos dos diretores em www.ri.triunfo.com

2.1.4 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Com o objetivo de atrair bons profissionais e mantê-los na empresa no longo prazo a Triunfo desenvolveu uma política de remuneração compatível com as práticas do mercado. Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, assim como os integrantes do Conselho Fiscal. Já a Diretoria Executiva, além da remuneração mensal e de um plano de benefícios, também recebe remuneração variável condicionada ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Os diretores fazem jus, ainda, a gratificações baseadas em ações da Companhia, por meio do plano de stock-options. Conforme estabelece a legislação vigente, os acionistas fixam o montante global de remuneração dos administradores em Assembleia Geral.

2.1.5 RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

A Triunfo mantém um canal aberto de contato com o público investidor por meio da sua Diretoria de Relações com Investidores. A essa equipe cabe garantir aos acionistas o acesso às informações da Companhia de maneira transparente e abrangente, além de monitorar a observância das práticas de governança corporativa. A Diretoria de Relações com Investidores pode ser acessada por meio de uma página exclusiva no site da Triunfo (ri.triunfo.com), na qual são disponibilizados todos os documentos exigidos pelos órgãos reguladores – como fatos relevantes, atas de assembleias e o Formulário de Referência da empresa –, além de outros dados complementares que possam ser relevantes na tomada de decisões de investimentos.

2.1.6 DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Triunfo prevê o pagamento de dividendos obrigatórios mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício aos seus acionistas, que deliberam anualmente a esse respeito em Assembleia Geral. A Companhia pode realizar o pagamento de dividendos de forma intercalada (antecipando dividendos com base no lucro do ano corrente) ou intermediária (durante um exercício, com base no lucro acumulado e aprovado em exercícios anteriores). Em 2013, no dia 25 de outubro, a Triunfo realizou pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 62,7 milhões, ou R\$ 0,3563 por ação.

2.2 ÉTICA E INTEGRIDADE

A ética constitui um dos valores fundamentais da Triunfo, permeando todas as ações desenvolvidas pela Companhia, bem como o relacionamento com seus públicos de interesse. A fim de fortalecer esse valor organizacional foi lançada em 2013 a última versão do Código de Conduta da Triunfo, que tem por objetivo promover a conduta ética dos negócios, indicando a expectativa em relação às atitudes e o comportamento dos profissionais quanto a esse tema.

Disponível para livre acesso no website da Companhia, o Código é compartilhado com todas as empresas Triunfo, as quais são orientadas a disseminá-lo entre todos os públicos com os quais interagem, em especial profissionais, prestadores de serviços e fornecedores. Os gestores de cada empresa são responsáveis pelo monitoramento de sua aplicação e cumprimento.

Entre os assuntos abordados pelo documento estão honestidade, integridade moral e respeito mútuo, orientando para a adoção de práticas e procedimentos que evitem corrupção, conflitos de interesses, abuso de poder, favorecimento a fornecedores e discriminação. Em relação à corrupção, o Código destaca práticas antissuborno, proibindo qualquer profissional de receber pagamento em dinheiro ou outro tipo de vantagem pelos serviços prestados a stakeholders, assim como de utilizar seu cargo ou função para obter benefícios próprios.

Balizando as relações com o setor público, o Código de Conduta também proíbe qualquer tipo de pagamento ou concessão de vantagem a representantes do governo para favorecer operações. Aliadas à avaliação de riscos relacionados à corrupção, realizada em todas as unidades de negócios da Companhia, essas definições contribuem para coibir fraudes, desvios e atos ilícitos. Em 2013 não foram identificados casos ou suspeitas de corrupção nas empresas Triunfo.

2.2.1 Transparência

Com a finalidade de assegurar a transparência de suas ações a Triunfo mantém diversos canais de comunicação, que atendem a demandas de informação dos diferentes públicos com os quais interage. O portal corporativo (triunfo.com) abriga notícias institucionais e políticas organizacionais, além de um portal exclusivo para investidores (ri.triunfo.com), com diversas informações de interesse desse público, conforme instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da BM&FBovespa.

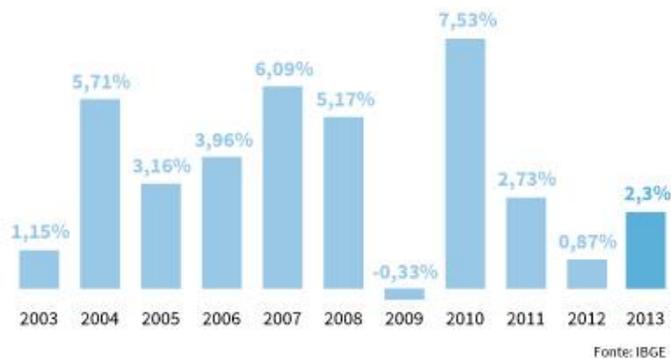
NEGÓCIOS

3.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO

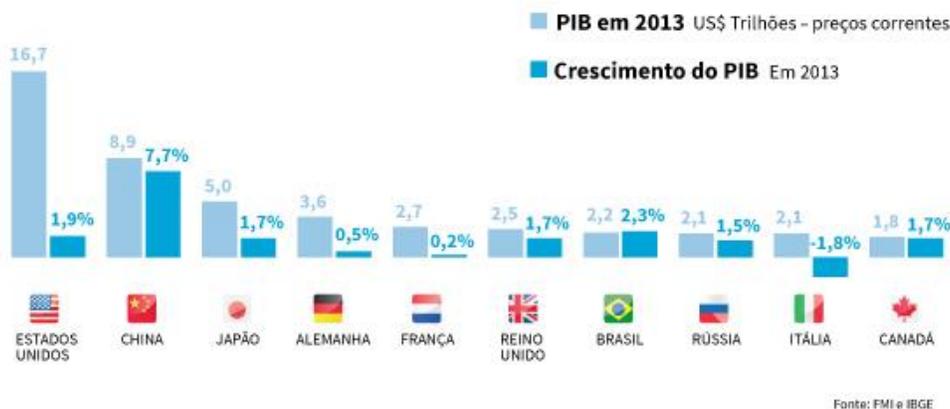
O ano de 2013 apresentou novos desafios à economia global, em especial aos países em desenvolvimento, como o Brasil. A retomada gradual do crescimento nos Estados Unidos ampliou a expectativa de que os juros americanos sejam elevados, após um longo período de manutenção em patamares baixos. Reflexo dessa tendência, o fluxo dos investimentos globais – que vinha direcionando recursos às economias emergentes – voltou-se para a América do Norte.

Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Brasil se consolidou como a sétima economia do mundo em 2013. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,3%, um pouco acima da previsão do mercado, puxado por agropecuária e investimentos. A crise externa somada a fatores internos – como o resultado da balança comercial do país – causou a desvalorização do real. O dólar, cotado a R\$ 1,98 durante o primeiro trimestre, encerrou o ano a R\$ 2,34. Essa é uma das razões que explicam a elevação da taxa de inflação, que foi de 5,91% em 2013.

EVOLUÇÃO DO PIB NO BRASIL



AS 10 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO



Como consequência, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central brasileiro optou por dar início a um ciclo de elevação da taxa Selic, os juros básicos da economia. A taxa, que até abril se manteve no menor patamar da história, chegou a 10% no fim de 2013.

Mais informações sobre desempenho e perspectivas dos setores em que a Triunfo está presente podem ser encontradas na seção “Contexto de atuação”, na página 30.

3.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

GRI > G4-9

Nas diversas áreas de atuação em que está presente a Triunfo apresentou melhoria nos indicadores operacionais em 2013. No setor de geração de energia, o bom desempenho decorreu do início das operações da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina, que adicionou valor ao portfólio de vendas da Companhia, até então composto apenas pela energia gerada na Usina Hidrelétrica de Salto, em Goiás. No segmento de concessão de rodovias, o tráfego de veículos equivalentes ultrapassou 86 milhões, um incremento de quase 5%. Na área de administração portuária, a movimentação de contêineres na Portonave cresceu 13,8%, bem acima da média dos outros terminais brasileiros, que ficou em torno de 3%. Na administração aeroportuária, o Aeroporto Internacional de Viracopos recebeu um número recorde de passageiros – mais de 9,3 milhões durante o ano.

Considerando o cenário favorável para os negócios em diversos segmentos relacionados à infraestrutura, a Triunfo optou por suspender as suas operações de navegação de cabotagem, realizadas pela controlada Maestra, em novembro de 2013. A decisão teve como objetivo permitir à Companhia focar esforços nas demais oportunidades, já que o desafio operacional para reverter os sucessivos resultados negativos relativos à cabotagem seria maior que o desejado.

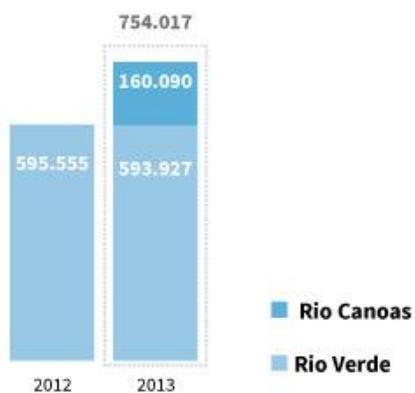
3.2.1 Energia

O ano de 2013 foi marcado pelo início da operação comercial da Usina Hidrelétrica Garibaldi, construída em Santa Catarina e pertencente à Rio Canoas, uma das empresas controladas pela Triunfo. Entregue em setembro, 13 meses antes da data prevista no cronograma das obras, Garibaldi acrescentou mais de 160 mil MWh em vendas de energia ao portfólio da Companhia. Com isso, o volume total de energia assegurada vendida alcançou 754.017 MWh em 2013, um avanço de 26,6% em relação ao ano anterior.

A Triunfo obteve a concessão de Garibaldi por 35 anos no leilão A-5 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em julho de 2010. Cerca de 70% da energia que será produzida no período de operação – um total de 30 anos a partir do dia 1º de janeiro de 2015 – foi vendida pela Rio Canoas por R\$ 107,98/MWh. Reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o valor atingiu R\$ 131,98/MWh no quarto trimestre de 2013. Os 30% restantes da energia poderão ser vendidos no mercado livre, no qual também é negociada a energia produzida durante os 13 meses de operação antecipada.

Outra empresa da Triunfo no setor de energia, a Rio Verde administra a Usina Hidrelétrica de Salto, em Goiás, em operação desde maio de 2010. A empresa possui um contrato de venda de 100% da energia assegurada para a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (Votener) desde junho de 2007. O acordo, de 16 anos, foi fechado por um preço médio de R\$ 130/MWh. O valor, reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), alcançou R\$ 198,84 no quarto trimestre de 2013. A Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) também é reembolsada pela Votener.

ENERGIA ASSEGURADA VENDIDA (MWh)



Energia - Tarifa média efetiva (R\$/MWh)

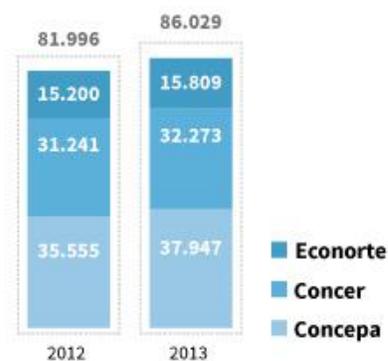
	2013	2012	Δ (2013/2012)
Rio Canoas	216,61	0	-
Rio Verde	182,66	170,35	7,2%
Tarifa média	173,61	151,13	14,9%

3.2.2 Concessão de rodovias

O volume de tráfego nos trechos administrados pelas três concessionárias pertencentes à Triunfo – Concer, Concepa e Econorte – aumentou 4,9% em 2013, superando 86 milhões de veículos equivalentes. Individualmente, o movimento de veículos em cada uma delas avançou 3,3%, 6,7% e 4,0%, respectivamente. Os números ganham relevância quando comparados ao crescimento da economia brasileira, já que esse é considerado o principal impulso para a elevação do tráfego de veículos. Em 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,3%, menos da metade da taxa registrada no segmento de rodovias da Triunfo.

A tarifa média efetiva nas rodovias administradas pelas empresas da Triunfo aumentou 3,7% em 2013, atingindo R\$ 7,5. Na Concer, a tarifa média manteve-se praticamente a mesma, enquanto na Concepa e na Econorte o crescimento foi de 7,7% e de 5,3%, respectivamente.

TRÁFEGO (EM MILHARES DE VEÍCULOS EQUIVALENTES)



Rodovias - Tarifa média efetiva (R\$)

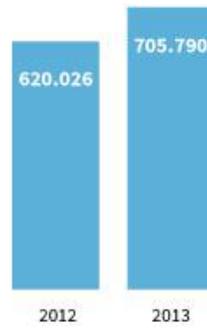
	2013	2012	Δ (2013/2012)
Concer	7,6	7,6	-0,1%
Concepa	6,0	5,6	7,7%
Econorte	10,8	10,2	5,3%
Tarifa média	7,5	7,2	3,7%

3.2.3 Administração portuária

Detentora do título de melhor operador portuário do mundo do Lloyd's List Global Awards 2013, a Portonave obteve um incremento de 13,8% nas operações em 2013, movimentando um total de 705.790 TEUs. O crescimento se deu apesar do resultado bem menos positivo da corrente de comércio do Brasil – as exportações e as importações realizadas pelo país no ano cresceram 3,4%, enquanto a movimentação de contêineres em todo o sistema portuário do país avançou aproximadamente 6%, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Marcado por eventos superlativos, como o investimento de R\$ 70 milhões na ampliação da frota de equipamentos e a atracação do maior navio em capacidade de carga já registrado no Terminal, 2013 também foi um ano de consolidação de bons resultados. A Portonave manteve a posição de liderança na operação de cargas containerizadas em Santa Catarina, estado em que está situada, com uma participação de mercado de 45%.

MOVIMENTAÇÃO DE TEUs - PORTONAVE



* Até outubro de cada ano

Portonave - Tarifa média efetiva (R\$/TEU)

	2013	2012	Δ (2013/2012)
Tarifa média	217,4	213,5	1,9%

3.2.4 Administração Aeroportuária

Controlada da Triunfo, a Aeroportos Brasil Viracopos passou a responder integralmente pelas operações do Aeroporto Internacional de Viracopos em 2013. A concessão para a administração do terminal foi obtida em leilão realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em fevereiro de 2012.

Em 2013 passaram pelo aeroporto 127.314 aeronaves, um crescimento de 10,2%, além de um número recorde de mais de 9,3 milhões de passageiros. O avanço foi de 4,9%. Houve uma queda de 6,1% no volume de carga movimentada, em função da retração do comércio mundial. Ainda assim, o terminal foi o maior importador e o segundo maior exportador em 2013 entre os aeroportos do país.

Aeroporto Internacional de Viracopos

	2013	2012	Δ (2013/2012)
Cargas ¹ (toneladas)	241.286	256.918	-6,1%
Passageiros ² (unidades)	9.295.451	8.858.596	4,9%
Aeronaves ³ (unidades)	127.314	115.549	10,2%

¹ Importação e exportação

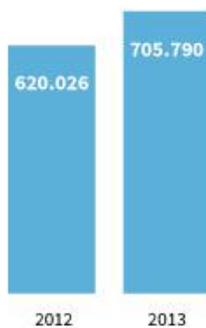
² Embarque e desembarque (sem militar)

³ Pouso e decolagem (sem militar)

3.2.5 Navegação

Até outubro de 2013 as operações de cabotagem mantidas pela Triunfo – por meio da controlada Maestra – registraram uma movimentação de mais de 41.225 TEUs, com um crescimento de 22,4% no período. Em novembro, a atividade foi descontinuada.

MOVIMENTAÇÃO DE TEUs - PORTONAVE



* Até outubro de cada ano

Cabotagem - Tarifa média efetiva (R\$/TEU)

	2013*	2012*	Δ (2013/2012)
Tarifa média	3.462,86	3.027,41	14,4%

* Até outubro de cada ano

3.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

GRI > G4-9; G4-EC1

Desde 1º de janeiro de 2013, com a aplicação obrigatória do IFRS 10 e 11 e CPC 36, a Companhia deixou de consolidar de maneira proporcional suas investidas controladas em conjunto (Concer, Maestra, Portonave e Aeroportos Brasil Viracopos) nas Demonstrações Financeiras. A coligada Concer passou a ser consolidada integralmente, enquanto os resultados de Portonave e Aeroportos Brasil Viracopos estão refletidos no “Resultado de Equivalência Patrimonial”. As controladas Maestra, NTL e Vessel foram classificadas como “Participações Descontinuadas”, assim como Rio Verde e Rio Canoas, que foram mantidas à venda. A mudança na regra contábil não altera o resultado líquido consolidado da Companhia, porém altera isoladamente as rubricas do balanço, do resultado e dos fluxos de caixa.

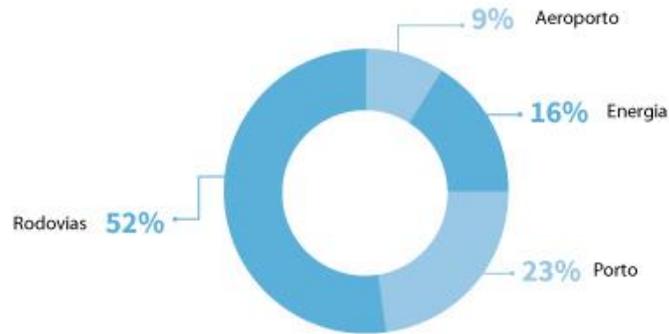
Por entender que a consolidação proporcional das operações reflete melhor a capacidade de geração de caixa da Companhia, este capítulo do relatório apresenta as informações financeiras na proporção da participação da Triunfo em cada uma de suas empresas, enquanto os dados operacionais consideram 100% de cada negócio. O relato inclui o desempenho da Rio Verde e da Rio Canoas – as quais, nas Demonstrações Financeiras, foram classificadas como “Operações destinadas à venda” – e exclui, da consolidação, os resultados da operação de cabotagem – os quais são reportados, nas Demonstrações Financeiras, como “Participações descontinuadas”.

Em 2013, a receita bruta consolidada das empresas Triunfo atingiu R\$ 1.557,6 milhões, o que representa um crescimento de 38,2% em relação ao ano anterior. A receita líquida ajustada, que exclui a receita de construção dos ativos de concessão, totalizou R\$ 963,4 milhões, avançando 15,4%. Esse resultado se deve, principalmente:

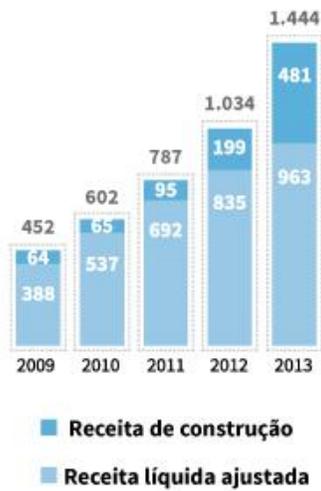
- ao aumento do tráfego e da tarifa média efetiva nas concessionárias de rodovias, que elevou a receita de arrecadação de pedágio em 9,8% no ano;
- ao crescimento da receita de movimentação de contêineres na Portonave, de 16,0%, e da receita de outros serviços portuários, de 28,4%;
- ao aumento de 52,4% na receita de geração e venda de energia elétrica no ano, em função do início da operação da Usina Hidrelétrica Garibaldi, que adicionou R\$ 36 milhões ao faturamento do ano;
- ao acréscimo de R\$ 96,3 milhões, relativos à operação aeroportuária, ao faturamento do ano.

Com a descontinuidade da operação de cabotagem, a receita gerada pelo negócio ao longo de 2013 não foi consolidada. Excluindo essa atividade dos resultados de 2012, a fim de permitir a comparação, o crescimento de receita bruta seria de 48,6% no ano.

DIVERSIFICAÇÃO DE RECEITA LÍQUIDA - 2013



RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA



As Demonstrações Financeiras da Triunfo relativas ao ano de 2013 estão disponíveis na versão online do Relatório de Sustentabilidade 2013 (sustentabilidade2013.triunfo.com) e também no site ri.triunfo.com.

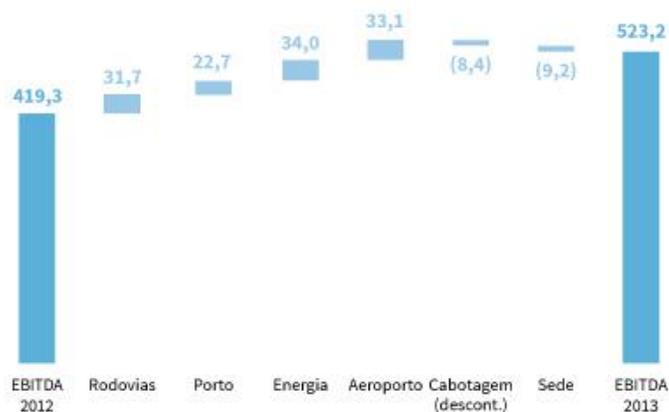
Custos e despesas

O custo caixa consolidado da Triunfo foi de R\$ 270,7 milhões em 2013, enquanto as despesas caixa alcançaram R\$ 114,1 milhões no exercício. Custos e despesas somaram, portanto, R\$ 384,8 milhões, uma redução de 8,4% em relação ao ano anterior. O valor representa 39,9% da receita líquida da Companhia. O resultado está relacionado à suspensão das atividades de cabotagem da Maestra, que em 2012 adicionou R\$ 114,1 milhões aos custos consolidados. Excluindo esses efeitos, a Triunfo teria registrado uma elevação de 25,8% em seus custos e despesas, devido:

- ao aumento de 31,4% nos custos de operação e manutenção de rodovias no ano, em função do maior volume de serviços de operação e manutenção contratados pela Econorte e da renovação de seguros na Concer, a um preço mais elevado;
- ao crescimento de 10,1% do custo de operação portuária no quarto trimestre, em função do incremento da movimentação e da ampliação da frota de equipamentos;
- ao reconhecimento do custo com compra de energia no montante de R\$ 7,5 milhões pela Triunfo Negócios de Energia. Além disso, o início da operação da Usina Hidrelétrica Garibaldi adicionou R\$ 2,9 milhões de custo no quarto trimestre;
- ao custo operacional de R\$ 24,4 milhões do Aeroporto de Viracopos, operação assumida pela Triunfo no fim de 2012.

Como consequência do aumento da receita ter sido superior ao aumento dos custos e despesas, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado e consolidado da Triunfo teve uma expansão de 24,8% em 2013, alcançando R\$ 523,2 milhões – o equivalente a uma margem de 54,3%.

COMPOSIÇÃO DO EBITDA - 2013



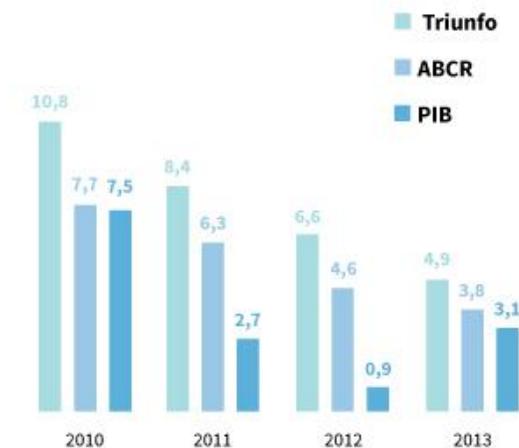
O resultado financeiro da Triunfo totalizou R\$ 222,8 milhões de despesa financeira em 2013. O valor representa um aumento de 26,9% na comparação com o ano anterior, principalmente em função das novas emissões que adicionaram R\$ 604,3 milhões ao endividamento bruto da Companhia nos últimos 12 meses. Considerando as participações em continuidade e as participações descontinuadas, a Companhia registrou prejuízo consolidado de R\$ 98,8 milhões no exercício. O resultado líquido das operações em continuidade foi lucro de R\$ 71,7 milhões em 2013, enquanto a operação de cabotagem, classificada como descontinuada, causou prejuízo de R\$ 170,5 milhões.

Isoladamente, a Maestra registrou prejuízo de R\$ 170,4 milhões em 2013. Grande parte desse resultado negativo é proveniente de baixas contábeis em função da descontinuidade das operações. Do prejuízo registrado, R\$ 99,5 milhões é proveniente, principalmente, da baixa dos saldos de imposto de renda diferidos registrados e também da baixa do arrendamento mercantil de contêineres (leasing). Vale ressaltar que essas baixas são ajustes contábeis sem efeito caixa, não são recorrentes e foram realizadas tendo em vista que não há expectativa de geração de lucros futuros no segmento de cabotagem.

3.3.1 Segmento rodoviário

O crescimento do tráfego registrado pelas concessionárias da Triunfo – Concepa (100% de participação), Concer (62,5%) e Econorte (100%), além da Concebra (100%), ainda pré-operacional – foi de 4,9% no ano. O aumento no volume de veículos atingiu mais de duas vezes o avanço do PIB brasileiro no período e se deveu à localização estratégica dos trechos administrados. Também é relevante o equilíbrio entre veículos leves e pesados que trafegam nas rodovias, o que minimiza a dependência de produção industrial ou da melhoria na renda da população.

TRIUNFO x ABCR x PIB



Como resultado do crescimento do tráfego, de reajustes nas tarifas dos pedágios e das outras receitas de rodovias, a receita bruta do segmento cresceu 10,2% em 2013. A receita líquida ajustada aumentou 8,8% no exercício. Os custos e despesas (excluindo custos de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização) cresceram 5,7% no ano, em função de:

- aumento de 31,4% nos custos de operação e manutenção de rodovias no ano, em função do maior volume de serviços de manutenção contratados na Econorte e da renovação de seguros na Concer, a um preço mais elevado;
- aumento de 23,3% nas despesas gerais e administrativas no ano, devido à contratação de consultorias para estudos técnicos na Concepa e na Econorte;
- contabilização, na rubrica de outras despesas (receitas) operacionais, de R\$ 5 milhões em receita, referentes ao estorno de provisões feitas no passado relacionado a contratos de utilização da faixa de domínio na Concer e na Concepa.

O EBITDA ajustado do segmento rodoviário totalizou R\$ 367,6 milhões em 2013, crescimento de 9,4%, com margem de 73,2%. A alavancagem atingiu 1,25 vez no ano.

3.3.2 segmento PORTUÁRIO

O volume de TEUs (unidade de medida que equivale a um contêiner de 20 pés) movimentados pela Portonave – empresa da qual a Triunfo detém participação de 50% – cresceu 13,8% em 2013. Em função disso, a receita bruta totalizou R\$ 244,0 milhões no exercício, um incremento de 16,5% sobre o anterior. A receita de movimentação de contêineres cresceu 16%, impulsionada pela movimentação de unidades cheias, enquanto a receita de outros serviços

portuários – como armazenamento de contêineres e serviços logísticos agregados – avançou 28,4% no ano. A receita líquida do segmento portuário foi de R\$ 224,1 milhões, crescimento de 15,4%.

Os custos operacionais atingiram R\$ 91,7 milhões em 2013, em razão de maiores gastos com a manutenção dos equipamentos. As despesas operacionais aumentaram 23,9%, principalmente em decorrência da ampliação do quadro de funcionários.

Em 2013, o EBITDA ajustado do segmento portuário foi de R\$ 107,5 milhões, um aumento de 26,8%, com margem de 47,9%. O lucro líquido da Portonave atingiu R\$ 27,4 milhões e o do segmento, R\$ 22,2 milhões. A alavancagem do segmento portuário encerrou o ano em 0,99 vez.

3.3.3 SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA

A receita bruta de geração de energia em 2013 foi de R\$ 175,4 milhões, 52,4% superior à registrada no ano anterior, devido à receita de geração da Usina Hidrelétrica Garibaldi, que iniciou sua operação no final de setembro.

O segmento de energia registrou um aumento de 55,8% nos custos de operação durante o ano, justificado principalmente pelo início da operação da Rio Canoas, que acrescentou R\$ 2,9 milhões nos gastos do quarto trimestre, e pelo reconhecimento de R\$ 7,5 milhões referentes ao custo de compra de energia da transação feita pela Triunfo Negócios de Energia. Houve, por outro lado, uma queda de 26,7% no custo com pessoal, em função do processo de unificação e otimização da estrutura dos negócios de energia ao longo de 2013. As despesas operacionais foram de R\$ 10,4 milhões, 25,7% superiores às do ano anterior.

Com isso, o segmento de energia registrou R\$ 104,1 milhões de EBITDA ajustado, um crescimento de 48,5%, com margem de 67,7%. No ano, a alavancagem do segmento atingiu 7,3 vezes, associada às características do negócio de energia – que envolve dívidas de longo prazo, atreladas ao fluxo de caixa previsível dos projetos.

3.3.4 segmento DE LOGÍSTICA AEROPORTUÁRIA

Como o início integral da operação do Aeroporto Internacional de Viracopos pela concessionária Aeroportos Brasil Viracopos – na qual a Triunfo possui participação de 23% – ocorreu em fevereiro de 2013, este relatório apresenta como base comparativa para o segmento o segundo e terceiro trimestres de 2013. A receita bruta do aeroporto é composta por receita de carga (importação e exportação), receitas de passageiros (embarque, desembarque, conexão, pouso, decolagem e permanência), receita comercial (estacionamento, lojas, alimentação) e receita de construção de ativos.

O crescimento médio trimestral da receita de passageiros foi de 7,1%, enquanto a receita de carga avançou 2,9% e a comercial, 39,3%. Com isso, a receita líquida ajustada, que atingiu R\$ 23,4 milhões no quarto trimestre, evoluiu 8,5% por trimestre. No acumulado de 2013, a receita líquida ajustada foi de R\$ 83,1 milhões.

Para incrementar a receita do terminal de carga, foram adotadas iniciativas como a migração de clientes de importação que utilizavam os portos secos para nacionalizar suas cargas e passaram a utilizar o terminal; a conquista de novos clientes do segmento químico-farmacêutico e de eletrônicos, que movimentam cargas de alto valor agregado, e a criação de um programa de fidelização, com projetos customizados de acordo com a necessidade de cada cliente.

Os custos e despesas operacionais do aeroporto atingiram R\$ 12,8 milhões no quarto trimestre. Com isso, seu EBITDA ajustado foi de R\$ 10,6 milhões, com margem de 45,4% – essa margem era de 31,7% no primeiro trimestre de 2013. A

melhoria está relacionada à otimização da operação, à gestão de custos e despesas e ao incremento de receita. No acumulado, a margem EBITDA do aeroporto atingiu 38,7%.



3.3.5 SEGMENTO DE CABOTAGEM (OPERAÇÃO DESCONTINUADA)

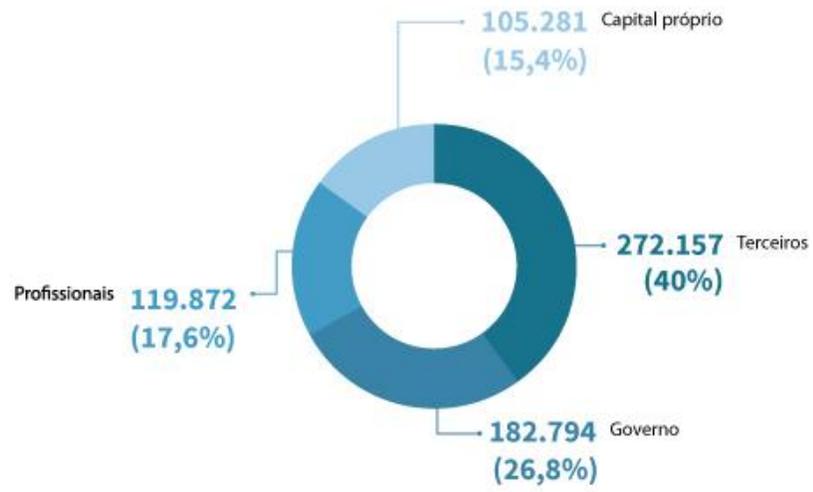
Em novembro de 2013 a Triunfo suspendeu a operação de cabotagem, decidindo focar seus esforços em oportunidades relacionadas a outros segmentos no setor de infraestrutura. Para facilitar a análise e permitir uma melhor avaliação dos efeitos da descontinuidade, as empresas que operavam o segmento (Maestra, NTL e Vessel) foram classificadas como operações descontinuadas.

Tendo em vista que não há expectativa de geração de lucros futuros, a Companhia optou por realizar a baixa dos saldos de imposto de renda diferidos registrados nas empresas de cabotagem, refletindo seu efeito nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Os valores registrados como arrendamento mercantil de contêineres (leasing) também foram baixados pelas empresas NTL e Vessel. Vale ressaltar que os efeitos da descontinuidade do negócio não têm efeito caixa. No total, foram baixados R\$ 99,5 milhões, sem efeito caixa.

3.3.6 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

O gráfico a seguir apresenta a Distribuição do Valor Adicionado (DVA) da Triunfo em 2013, considerando os recursos destinados a seus profissionais (remuneração direta, benefícios e encargos), ao governo (impostos, taxas e contribuições), a terceiros (remuneração do capital) e à remuneração do capital próprio.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA (R\$ MILHÕES E %)



GESTÃO AMBIENTAL

4.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS

GRI > G4-EN29

Valor fundamental à atuação da Triunfo, o respeito ao meio ambiente baliza as ações de cada unidade operacional da Companhia, em todas as regiões nas quais desenvolve negócios. O comprometimento com a preservação ambiental está expresso na Política de Sustentabilidade da Triunfo, permeando os sistemas de gestão de suas empresas, de modo a minimizar impactos e promover o uso racional de recursos naturais.

Nesse sentido, a conformidade legal é foco de atenção contínua das empresas Triunfo. Todos os empreendimentos vinculados à Companhia apresentam as autorizações e licenças ambientais exigidas pela legislação vigente. Em conjunto com as empresas, a Companhia acompanha, de forma contínua, a evolução de leis, normas e resoluções de regulação da gestão ambiental, ajustando processos e operações sempre que necessário. Exemplo disso foi o Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela Rio Canoas com o Ministério Público de Santa Catarina em outubro de 2013, em decorrência de uma multa aplicada pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), no valor de R\$ 10 milhões. Segundo o órgão ambiental, a empresa teria realizado o enchimento do lago da UHE Garibaldi sem a autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e também não havia comprovação de posse de todos os terrenos atingidos pela barragem. Ao recorrer da multa, a Rio Canoas alegou que tinha como base o relatório produzido por um arqueólogo, assegurando que o lago não atingiria nenhum sítio arqueológico na região. Além disso, apresentou à Fatma documentos que comprovavam a posse dos terrenos. Para sanar a questão, o TAC acordou o aperfeiçoamento dos processos relativos às indenizações remanescentes de propriedades atingidas pelo empreendimento. Além da Rio Canoas, apenas Viracopos sofreu sanções (não monetárias) relativas a questões ambientais no ano de 2013.

Além do cumprimento da legislação, os sistemas de gestão ambiental das empresas Triunfo têm como base compromissos voluntários assumidos, bem como certificações. Concepa, Econorte e Portonave, por exemplo, foram certificadas, em anos anteriores, conforme a norma NBR ISO 14001, em função da qual monitoram indicadores específicos de qualidade ambiental e são auditadas periodicamente. No Aeroporto Internacional de Viracopos, o sistema de gestão ambiental também tem como base os indicadores da ISO 14001, prevendo a conquista da certificação nos próximos anos.

Desde 2012 a Triunfo consulta seus stakeholders anualmente acerca dos impactos e aspectos ambientais que julgam mais relevantes e em relação aos quais gostariam de obter mais informações (por meio do processo do Relatório de Sustentabilidade). Em relação a 2013, os principais temas identificados foram: conservação da biodiversidade, investimentos em conservação ambiental e uso de recursos naturais (água e energia). A seguir, encontra-se o detalhamento de indicadores e formas de gestão relacionados a cada um desses temas.

4.2 INDICADORES CONSOLIDADOS

4.2.1 BIODIVERSIDADE

A conservação da biodiversidade em áreas adjacentes aos empreendimentos da Triunfo é uma premissa dos sistemas de gestão ambiental de suas unidades operacionais, exigindo monitoramento constante e o desenvolvimento de programas de caráter preventivo e corretivo.

Áreas protegidas

Ao final de 2013 a Triunfo mantinha 20,9 km² de áreas protegidas e 4,2 km² de áreas em processo de restauração, distribuídas entre as diferentes regiões onde atua.

Setor rodoviário

Unidades de Conservação – como florestas nacionais e parques estaduais e municipais – localizam-se nas proximidades de rodovias concessionadas, mas sua gestão é de responsabilidade dos órgãos públicos competentes. Nesses casos, cabe às empresas Triunfo colaborar para que suas atividades causem o mínimo impacto possível sobre essas áreas. A rodovia administrada pela Concer, por exemplo, intercepta a Reserva Biológica do Tinguá, a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis e o Parque Natural Municipal da Caixa D'água, localizados no estado do Rio de Janeiro. Por meio do projeto Caminhos da Fauna a empresa registra, com câmeras de monitoramento, o deslocamento de animais silvestres, a fim de desenvolver ações que minimizem o risco de atropelamentos da fauna nativa. Além disso, foram construídas cercas e túneis de passagem para evitar que os animais cruzem a rodovia.

Assim como na Concer, nas demais concessionárias pertencentes à Triunfo e nas empresas que prestam suporte a elas, a gestão de áreas impactadas pela operação de rodovias ou sua manutenção é realizada por meio de diversos programas de controle. Exemplo disso é o monitoramento de acidentes que envolvam cargas perigosas, com potencial de contaminação de solo, ar e água – ou que possam causar algum dano à fauna, à flora local e às pessoas que trafegam pela rodovia ou habitam as comunidades de entorno. Concer, Concepa, Econorte, Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi possuem planos de contingência para acidentes desse tipo, incluindo a atuação de equipes especializadas para sinalização e isolamento imediato da área, bem como para a realização dos procedimentos de contenção.

Setor portuário

No segmento portuário a Portonave mantém uma área de preservação permanente (APP) de cerca de 39 mil m², em uma localidade conhecida como Ponta da Divineia, em Navegantes (SC). Atualmente essa área é um dos últimos fragmentos de manguezal existentes no baixo estuário do Rio Itajaí-Açu, devidamente aprovado pela Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (Fatma). Na extremidade leste do Terminal a Portonave implementou uma “cortina verde” em 2009, área plantada de 765 m², com a finalidade de evitar a propagação de ruído e de partículas em suspensão provenientes das atividades da Companhia, além de reduzir o impacto visual na região vizinha. Em 2013 a Companhia realizou o plantio de seis mil mudas em uma área de 55 mil m² localizada em Itajaí (SC), com o objetivo de neutralizar as emissões de carbono, relativas a 2010, dos caminhões conhecidos como “terminal trucks” que operam no Terminal. Com isso, a área nativa preservada pela Portonave soma agora 94.870 m².

As duas áreas de preservação contíguas às instalações da empresa são monitoradas constantemente e, por isso, nelas não se verifica a presença de pessoas ou equipamentos. Podem haver, porém, outras interferências diretas das operações do Terminal, como pressão sonora, alteração na qualidade do ar e afugentamento da fauna. Na área localizada em Itajaí o impacto se dá pela existência de uma rodovia nas imediações, o que pode provocar as mesmas interferências, além do risco de atropelamento de animais.

Como parte das suas iniciativas de recuperação ambiental, a Portonave desenvolve também um programa de resgate dos animais encontrados na área do Terminal Portuário. Em 2013 foram encontrados e encaminhados para centros de recuperação especializados 14 aves, um réptil e dois mamíferos.

Para contribuir com a proteção ambiental de sua região a Portonave repassou, em 2013, R\$ 1,1 milhão para a Unidade de Conservação do Parque Natural Municipal de Navegantes, conforme acordo de compensação ambiental firmado com a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma). O projeto prevê, além da preservação da fauna e da flora da região, que o parque se torne área de turismo ecológico e abrigue um museu de equipamentos artesanais e um orquidário.

Setor aeroportuário

Em Campinas (SP), a interferência na fauna e flora locais estão entre os itens de monitoramento relacionados à obra de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos. De acordo com o Plano Básico Ambiental (PBA) da obra, a vegetação nativa ocupa 857 mil m². Incluídas nesse total, as Áreas de Preservação Permanente estão distribuídas em quatro locais diferentes e ocupam cerca de 183,6 mil m². Desse total, 57% são cobertos por vegetação nativa – o restante tem cobertura de vegetação exótica. O plantio compensatório da vegetação suprimida em função da obra será realizado em diferentes localidades, incluindo o Corredor Ecológico Viracopos, inserido na APA, e algumas Unidades de Conservação da região.

Setor elétrico

Com base em um amplo estudo realizado ainda antes da construção das usinas, Rio Verde e Rio Canoas monitoram a biodiversidade da região dos empreendimentos, com o objetivo de conservar espécies nativas de flora e fauna.

Na UHE Salto, campanhas periódicas monitoram a presença e o comportamento de mamíferos, anfíbios, répteis, aves, insetos e peixes, entre outras espécies que habitam a região. A conservação da ictiofauna (fauna de peixes) está entre as principais ações de proteção da biodiversidade realizadas na região do empreendimento. Por meio de coletas trimestrais de exemplares de peixes que habitam o Rio Verde, a empresa monitora e mitiga impactos sobre essas espécies.

O mesmo ocorre na UHE Garibaldi, onde as campanhas de monitoramento da fauna são trimestrais desde a fase de construção da Usina. O monitoramento é realizado nos diversos ambientes nas áreas de influência do empreendimento, particularmente nos ambientes nativos (florestais, campos e alagados) na área do reservatório e entorno.

Para conservação da flora há programas específicos voltados à recuperação de áreas degradadas, reconstituição vegetal, implantação de faixas ciliares no entorno dos reservatórios e aproveitamento de recursos florestais. Na UHE Salto, sementes de espécies nativas são coletadas para reprodução em viveiro e, após germinarem, destinam-se à recomposição da Área de Preservação Permanente – o processo de recuperação da vegetação nativa do cerrado deve se

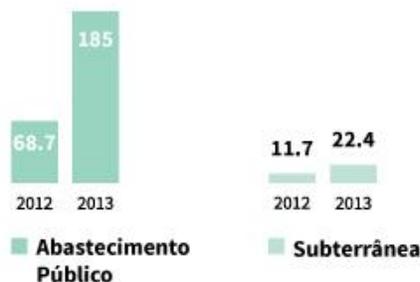
estender até 2014. Em Santa Catarina, o início da operação da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em setembro de 2013, permitiu o começo da restauração das áreas antes utilizadas pelo canteiro de obras. Para isso, a Rio Canoas colocará em prática o Projeto de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), aprovado pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma). Sementes nativas coletadas no período que antecedeu a construção da Usina foram enviadas à Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), que, por meio de uma parceria com a Rio Canoas, será responsável pelo cultivo e plantio das espécies nativas nas áreas degradadas.

4.2.2 ÁGUA

O uso racional de recursos hídricos está entre as diretrizes dos sistemas de gestão ambiental das empresas Triunfo. Além do interesse público na disponibilidade de água, a Companhia depende da conservação desse recurso natural para a operação de dois de seus negócios: geração de energia elétrica e atividade portuária. Por isso, monitora a qualidade da água no entorno de seus empreendimentos e incentiva a redução do consumo, além do reúso em algumas de suas unidades operacionais.

Em 2013 o consumo de água subterrânea registrado foi de 22,4 mil m³, ante 11,75 mil m³ consumidos no ano anterior. Também foi registrada alta no consumo de água fornecida pelas redes de abastecimento municipais, passando de 68,7 mil m³, em 2012, para 185 mil m³, em 2013. Esses totais se referem ao consumo das empresas Econorte, Concepa, Portonave, Viracopos e Rio Tibagi, pois as demais não monitoravam, em 2013, esse indicador – passarão a fazê-lo em 2014. Apesar da elevação do consumo total, a Portonave obteve redução de 8,5% no consumo de água do Terminal Portuário ao longo de 2013.

TOTAL DE ÁGUA CONSUMIDA, POR TIPO DE FONTE (EM MILHARES DE M³)



Com o objetivo de promover a economia dos recursos hídricos a Portonave possui, desde 2011, um sistema de reaproveitamento da água da lavagem de máquinas e equipamentos, que é tratada e usada novamente para a mesma atividade. Somente depois de ter sido reutilizada cinco vezes a água é descartada, gradativamente, de acordo com o teor de salinidade. O potencial de economia de água do sistema é de 10%. Porém, em função de falhas identificadas – e

prontamente estabilizadas – a meta não foi plenamente alcançada em 2013. Foram reutilizados aproximadamente 270 m³ de água durante o ano, o que representou 32,7% do volume usado na área de lavagem de máquinas e equipamentos e 1,4% do volume total de água consumida no Terminal.

Tanto na Portonave quanto nas Usinas Hidrelétricas Garibaldi e Salto o monitoramento da qualidade da água dos rios Itajaí-Açu, Canoas e Verde (respectivamente) – e seus afluentes, quando necessário – figura entre as atividades cotidianas de gestão ambiental.

O controle da qualidade da água no reservatório das usinas e na sua área de influência é acompanhado de perto pelas equipes de gestão ambiental dos empreendimentos. Aspectos químicos, físicos e biológicos da água são monitorados sistematicamente, por meio de coleta em diferentes pontos do reservatório e posterior análise em laboratórios especializados. Em 2013, todas as análises realizadas na UHE Salto e na UHE Garibaldi apontaram índices satisfatórios para a qualidade da água.

4.2.3 ENERGIA

Energia elétrica

As empresas Triunfo utilizam energia elétrica para diversas finalidades. Além do abastecimento de escritórios e sedes administrativas, trata-se de um recurso necessário à iluminação de estradas e praças de pedágio nas rodovias e de centros de controle nas hidrelétricas, bem como ao funcionamento de equipamentos na Portonave e do centro de operações no aeroporto.

Em 2013 o consumo de eletricidade registrado por Triunfo (sede), Econorte, Portonave, Viracopos e Rio Tibagi foi de 195.922,2 GJ. As demais empresas não monitoraram esse dado de forma sistemática e passarão a fazê-lo em 2014.

Energia fora da organização

Entre as empresas Triunfo, apenas a Portonave monitora o consumo de energia indireta (fora da organização). Assim, em 2013 esse consumo totalizou 13.435,20 GJ, considerando o trajeto de empregados e terceiros fixos, bem como o transporte de contêineres. O cálculo inclui o consumo de gasolina, etanol, diesel e gás natural veicular (GNV). A metodologia adotada pela Portonave para esse monitoramento foi a proposta pelo GHG Protocol e pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

HÁBITO SAUDÁVEL E ECOLÓGICO

O município de Navegantes (SC) apresenta uma formação geológica plana, o que favorece o uso de meios de locomoção alternativos, como a bicicleta. Com o intuito de incentivar seus profissionais a utilizarem esse meio de transporte ecológico e saudável a Portonave construiu um bicicletário em seu estacionamento, com espaço para 300 bicicletas.

A empresa estima que, em 2013, cerca de 18% de seus profissionais realizavam o trajeto de casa para o trabalho e vice-versa de bicicleta ou a pé. Esse hábito acaba interferindo diretamente na redução do consumo de energia, diminuindo cerca de 718 GJ do total da energia indireta consumida pela empresa.

Nesse cálculo foram considerados o consumo de gasolina, etanol, óleo diesel e GNV.

4.2.4 Investimentos em gestão ambiental

Em 2013, as empresas Triunfo registraram cerca de R\$ 36,6 milhões em investimentos relacionados a prevenção e gestão ambiental. A distribuição de parte desses investimentos em algumas das unidades operacionais é apresentada na tabela a seguir.

Investimento em Gestão Ambiental, por unidade operacional e destinação

Empresa	Discriminação do investimento	Total investido
Econorte*	Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação	R\$ 1.102.000,00
	Custos de prevenção e gestão ambiental	R\$ 7.393,33
Concepa	Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação	R\$ 103.967,77
	Custos de prevenção e gestão ambiental	R\$ 77.838,75
Portonave	Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação	R\$ 963.089,00
	Custos de prevenção e gestão ambiental	R\$ 2.580.691,00
Viracopos	Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação	R\$ 1.631.625,65
	Custos de prevenção e gestão ambiental	R\$ 7.838.900,93
Rio Guaíba	Disposição de resíduos, tratamento de emissões e custos de remediação	R\$ 103.967,77
	Custos de prevenção e gestão ambiental	R\$ 77.838,75

* Inclui investimentos da Rio Tibagi, prestadora de serviços de conservação e operações para a concessionária Econorte.

GERAÇÃO DE ENERGIA COM RESPONSABILIDADE

Um dos setores de atuação mais recentes da Triunfo, a geração de energia elétrica exige uma série de ações focadas na minimização de impactos ambientais. Tanto na Usina Hidrelétrica de Salto, em Goiás, quanto na Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina, tais ações foram previstas no Plano Básico Ambiental, documento que, com base em estudos prévios à implantação do empreendimento, determina programas e projetos a serem desenvolvidos pelas empresas.

A execução desses programas também está prevista como condicionante da Licença Ambiental de Operação (LAO) de cada usina, concedida pelo órgão ambiental responsável. No caso das UHEs Salto e Garibaldi, as LAOs foram concedidas

pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás e pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), respectivamente.

Para assegurar o cumprimento das condicionantes, a Rio Verde desenvolveu, em 2013, 10 programas e projetos ambientais. Na Rio Canoas, que começou a operar em setembro do mesmo ano, a LAO prevê a execução de 26 programas. Além de questões relacionadas a meio ambiente, as licenças tratam de aspectos socioeconômicos, tais como o acompanhamento das famílias realocadas em função da implantação do empreendimento e a readequação de serviços de saúde, lazer e segurança.

PLANOS e PROGRAMAS AMBIENTAIS

UHE Salto

- Programa de Gerência e Gestão Ambiental*
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas*
- Programa de Monitoramento da Fauna*
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna*
- Programa de Monitoramento e Controle do Mexilhão-Dourado*
- Programa de Limnologia e Monitoramento da Qualidade da Água*
- Programa de Recomposição da Área de Preservação Permanente*
- Programa de Monitoramento Meteorológico*
- Programa de Monitoramento Sismológico*
- Programa de Monitoramento dos Processos Erosivos*

UHE Garibaldi

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos*
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas*
- Programa de Monitoramento e Qualidade das Águas Superficiais*
- Monitoramento do Lençol Freático*
- Programa de Manejo e Monitoramento da Ictiofauna*
- Programa de Supressão da Vegetação e Aproveitamento Estratégico dos Recursos Florestais*
- Programa de Implantação da Faixa Ciliar*

- *Programa de Monitoramento e Manejo das Margens do Reservatório*
- *Programa de Monitoramento e Manejo da Fauna Terrestre*
- *Programa de Reposição Florestal*
- *Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico*
- *Programa de Monitoramento Sismológico*
- *Controle Sanitário e da Geração de Ambientes Patogênicos*
- *Programa de Compensação Ambiental*
- *Plano de Contingência da Operação da Usina*
- *Programa de Manutenção e Recomposição das Infraestruturas*
- *Plano de Usos Múltiplos do Reservatório*
- *Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida*
- *Programa de Reinserção Econômica da População*
- *Programa de Relocação e Recomposição dos Núcleos Comunitários*
- *Programa de Readequação de Serviços de Saúde, Lazer e Segurança*
- *Programa de Investigação, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial*
- *Programa da Comunicação Social*
- *Programa da Gestão Ambiental e Social*
- *Programa de Supervisão Ambiental*
- *Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos*

4.3 METAS 2014

Comprometida com a conservação do meio ambiente, a Triunfo busca promover o aprimoramento contínuo dos sistemas de gestão ambiental de suas unidades operacionais. Por atuar em diferentes segmentos de negócios e regiões do país, a maior dificuldade da Companhia nesse sentido está na unificação de indicadores ambientais, de modo que seja possível obter informações consolidadas acerca do desempenho ambiental de todas as empresas Triunfo.

Para 2014 a Companhia estabeleceu como meta prioritária a atualização de sua Política de Sustentabilidade, identificando os principais impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Esse trabalho embasará a elaboração de diretrizes específicas relativas ao meio ambiente, as quais serão disseminadas entre todas as empresas para aplicação e consolidação a partir de 2015. Dessa forma, as principais metas ambientais da Triunfo para 2014 foram assim definidas:

- Identificar os principais impactos causados ao meio ambiente pelas atividades de todas as unidades operacionais da Triunfo, bem como os riscos ambientais inerentes a cada segmento de atuação;
- Elaborar um conjunto de diretrizes ambientais aplicáveis a todos os negócios, disseminando-as entre todas as empresas Triunfo;
- Eleger até 10 indicadores ambientais relevantes, entre os propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) para monitoramento (mensal e anual) em todas as unidades operacionais da Companhia;
- Consolidar indicadores no Relatório de Sustentabilidade 2014, propondo metas para melhoria do desempenho ambiental.

GESTÃO SOCIAL

5.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS

GRI > G4-14; G4-15; G4-16

Compartilhar desafios e realizações, de forma respeitosa e transparente, é uma busca contínua da Triunfo e de suas empresas no relacionamento com profissionais, fornecedores, comunidades, parceiros e governo, entre outros stakeholders. A consciência quanto ao seu papel na sociedade e, por conseguinte, sua responsabilidade socioambiental, direciona a Companhia a contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Em 2013, a Triunfo deu mais um importante passo nesse sentido: tornou-se signatária do Pacto Global, maior grupo de responsabilidade corporativa do mundo, formado por 8 mil empresas, de 135 países. Ao aderir à iniciativa, reafirmou seu compromisso com a sustentabilidade, priorizando, em sua estratégia de negócios, os temas listados nos princípios universais do Pacto Global.

PRINCÍPIOS UNIVERSAIS DO PACTO GLOBAL

DIREITOS HUMANOS

- 1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; e*
- 2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.*

Trabalho

- 3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;*
- 4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;*
- 5. A abolição efetiva do trabalho infantil; e*
- 6. Eliminar a discriminação no emprego.*

Meio Ambiente

- 7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;*
- 8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; e*
- 9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.*

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

5.2 PROFISSIONAIS

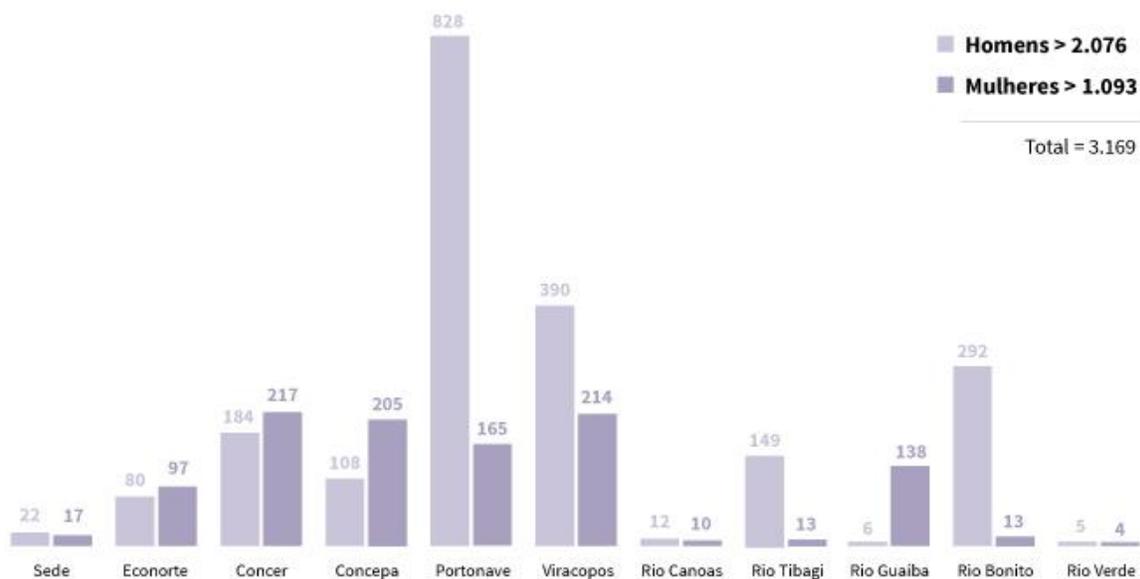
GRI > G4-9; G4-10; G4-11; G4-13; G4-LA1; G4-LA2; G4-LA3; G4-LA5; G4-LA9; G4-LA10; G4-LA12

A Triunfo acredita que a oferta de serviços de excelência depende da qualificação e do desempenho de seus profissionais. Por isso, a empresa se dedica a proporcionar oportunidades de desenvolvimento e um ambiente de trabalho saudável e agradável, em uma relação pautada por transparência e respeito mútuo.

Aos profissionais, a empresa assegura os direitos de livre associação e negociação coletiva, em conformidade com a legislação vigente. Em 2013, a totalidade dos funcionários de Triunfo (sede), Econorte, Concepa, Portonave, Viracopos, Rio Tibagi, Rio Bonito e Rio Guaíba era coberta por acordos de negociação coletiva.

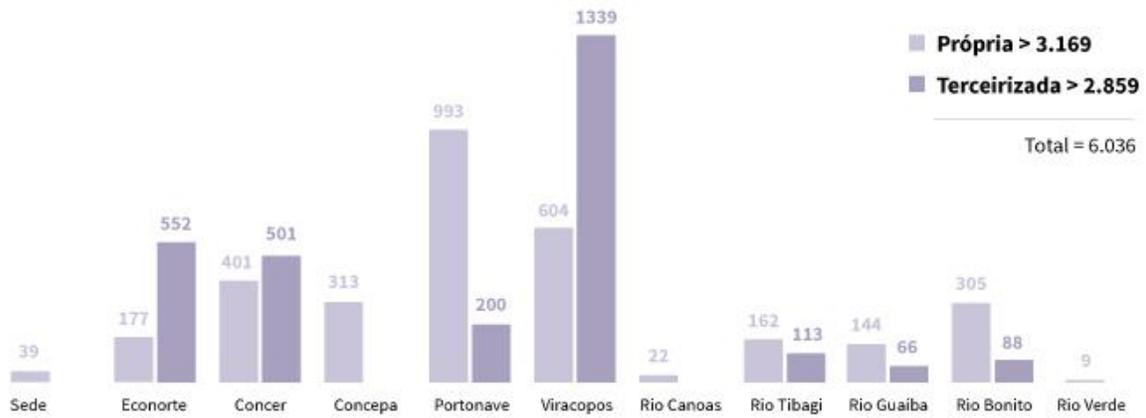
Em 2013, o quadro de profissionais das empresas Triunfo era composto da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR GÊNERO



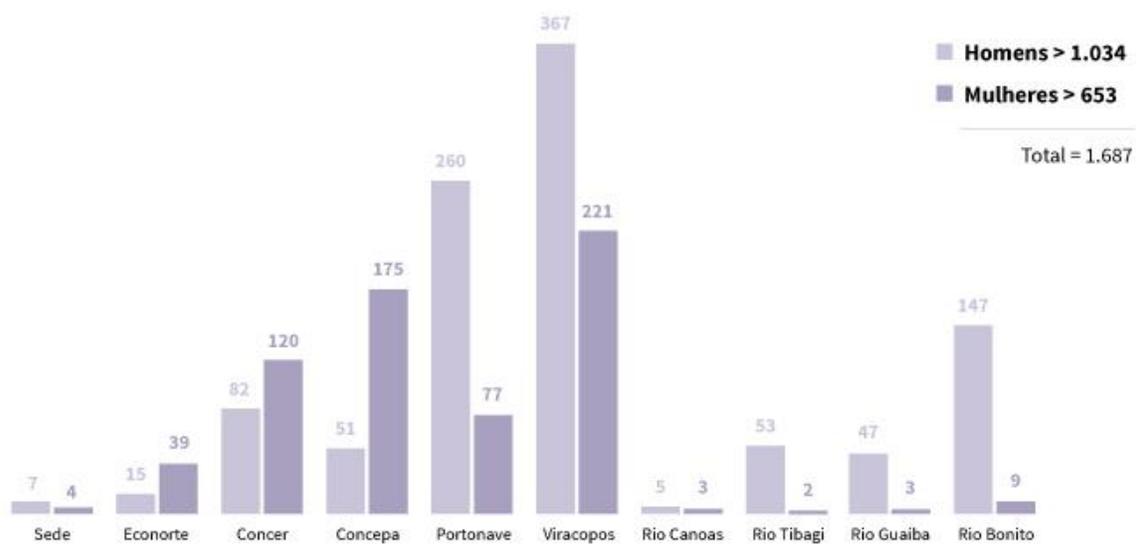
Além dos profissionais contabilizados no infográfico anterior, outros 259 compunham o quadro funcional da Triunfo ao final de 2013, distribuídos entre Maestra (214), Portonave (44) e Triunfo Negócios de Energia (1). Por essa razão, o Balanço Social da Triunfo 2013, disponível em sustentabilidade2013.triunfo.br, contabiliza 3.428 profissionais.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS POR FORÇA DE TRABALHO

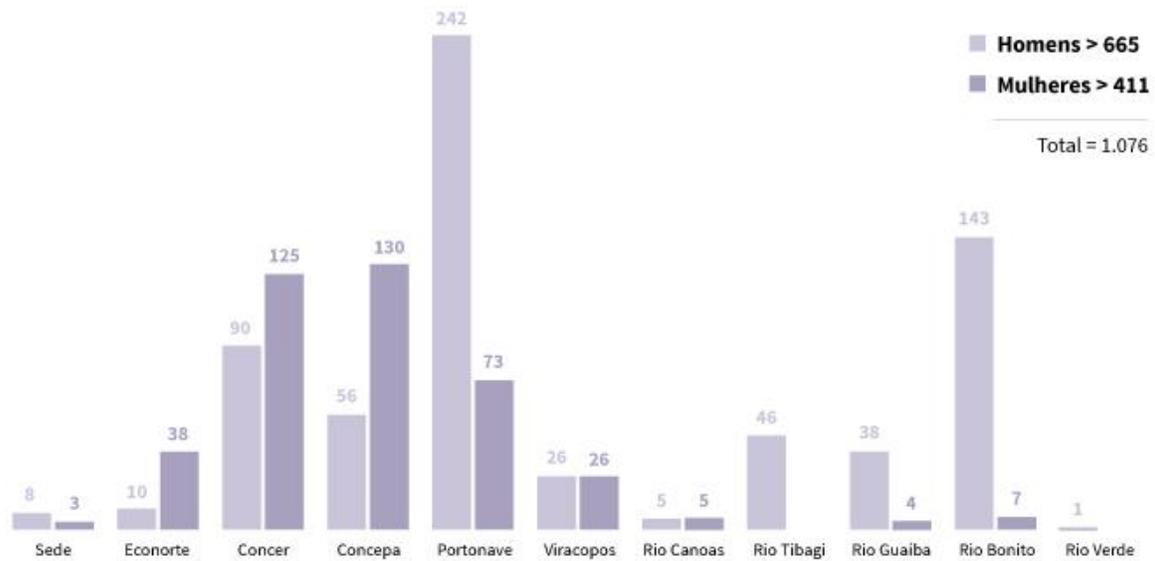


Em 2013, as empresas Triunfo realizaram 1.687 contratações e dispensaram 1.076 profissionais, o que significa que houve incremento da força de trabalho de modo a suportar o crescimento dos negócios.

CONTRATAÇÕES POR GÊNERO



DEMISSÕES POR GÊNERO



5.2.1 Diversidade

A Triunfo valoriza a diversidade no seu quadro de profissionais e respeita as diferenças. Tanto a Companhia quanto suas coligadas se comprometem a realizar atividades e estabelecer relações sem preconceito de etnia, cor, religião, preferência sexual, opção político-partidária, idade, status social, restrições físicas e quaisquer outras formas de discriminação. Prevalece o respeito a convenções e tratados e à igualdade de todos perante a lei. Como prática, as empresas procuram atuar de maneira célere e incisiva em casos de discriminação.

5.2.2 Benefícios

Nas empresas Triunfo todos os profissionais contratados têm direito a um pacote de benefícios, conforme indica o quadro na próxima página.

Benefícios concedidos

	Triunfo	Econorte	Concepa	Portonave	Viracopos	Rio Canoas	Rio Tibagi	Rio Guaíba	Rio Bonito	Rio Verde
Seguro de vida	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Plano de saúde e odontológico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Auxílio- deficiência				x						
Fundo de pensão ou previdência privada	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vale- alimentação ou refeitório	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Licença maternidade e paternidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação nos lucros e resultados	x	x	x	x	x	x	x	x	x	

Todos os profissionais da Triunfo têm direito à licença maternidade ou paternidade. Em 2013, um total de 103 profissionais se afastou temporariamente em função do nascimento de filhos. Entre os funcionários homens, todos retornaram ao trabalho ao fim do período de licença. Entre as funcionárias mulheres, as taxas de retorno ao trabalho

variaram de 30% (nos casos da Econorte e da Concer) a 50% (no caso de Viracopos) e 100% (nos casos da Portonave, da Rio Canoas e da Rio Verde).

5.2.3 CLIMA ORGANIZACIONAL

Em 2013, a Triunfo promoveu pela primeira vez uma pesquisa de clima organizacional com os funcionários da sede, em São Paulo (SP), e das empresas 100% Triunfo: Concepa, Econorte, Rio Tibagi, Rio Guaíba, Rio Verde e Rio Canoas. Ao todo, 538 profissionais responderam ao questionário aplicado pelo Instituto Great Place to Work. A metodologia inclui perguntas sobre aspectos relacionados a credibilidade, imparcialidade, confiança, orgulho e camaradagem.

A realização da pesquisa permitiu identificar oportunidades de melhoria na promoção de um ambiente de trabalho mais agradável e satisfatório. A partir da avaliação dos profissionais, a Companhia iniciou uma série de ações voltadas ao aprimoramento das práticas de gestão de pessoas, entre as quais destacam-se:

- Programa Sou Mais Triunfo: criado em 2013, o programa reformulou a comunicação interna e promoveu novas ações de integração e engajamento. Como exemplo dessas ações, destaca-se o informativo Sou Mais Triunfo, publicação mensal distribuída aos profissionais de todas as empresas. O conteúdo abrange notícias relacionadas aos negócios da Companhia e às unidades, além de destacar profissionais de diferentes empresas e regiões do país. Até dezembro de 2013 seis edições do jornal foram distribuídas e, de acordo com pesquisa aplicada em todas as empresas, o feedback tem sido positivo. Além do informativo, o programa “Sou Mais Triunfo” gerou a implementação da intranet, estruturada como um canal que abrange todas as informações relacionadas ao dia a dia de trabalho, oferecendo ao profissional uma série de ferramentas e orientações. Em 2013 apenas os profissionais da sede tiveram acesso à nova intranet, que em 2014 será expandida para outras unidades operacionais.
- Competências Organizacionais: as empresas Triunfo, com o auxílio da empresa de consultoria Hay Group, se dedicaram ao desenvolvimento de um modelo de competências, a fim de aperfeiçoar tanto os mecanismos de avaliação e evolução de carreira quanto de seleção de profissionais. Definidas a partir do envolvimento de líderes, gestores de Recursos Humanos e representantes de profissionais de todas as empresas, as competências foram distribuídas em três grandes grupos, conforme apresenta o infográfico a seguir.

COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS



5.2.4 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Como parte fundamental das políticas de desenvolvimento dos profissionais da Triunfo, um extenso programa de treinamento é aplicado na sede e nas unidades operacionais. A Companhia entende que esse é um investimento fundamental para assegurar a melhoria contínua do seu desempenho operacional e econômico. Por isso, as empresas realizaram um total de 142,9 mil horas de treinamento em 2013.

Treinamento

Empresa	Total de horas de treinamento	Média de horas de treinamento por profissional
Triunfo	413	10,5
Econorte	598	3,3
Concer	25.915	64,6
Concepa	2.633	8,4
Portonave	88.428	89,0
Viracopos	22.283	36,8
Rio Tibagi	1.472	9,0
Rio Guaíba	249	1,72
Rio Bonito	1.008	3,3
	142.999	45,57

**Rio Verde e Rio Canoas não registraram o número de horas dedicadas a treinamentos em 2013.*

Os treinamentos realizados com os profissionais das empresas da Triunfo abrangem uma gama ampla de assuntos, como excelência operacional, saúde e segurança. Temas como direitos humanos também fazem parte do escopo de desenvolvimento dos profissionais. Em 2013, a Aeroportos Brasil Viracopos realizou 322 horas de treinamento em políticas e procedimentos relacionados com aspectos de direitos humanos considerados relevantes para a operação. Participaram da atividade 41 profissionais, quase 7% do quadro da empresa.

5.2.5 SEGURANÇA DO TRABALHO

Na Triunfo, a segurança dos profissionais é reforçada por treinamentos específicos acerca de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e pelas atividades desenvolvidas pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), formadas por representantes dos empregados e do empregador e existentes em empresas como Concer, Concepa, Portonave, Rio Guaíba e Rio Bonito. Na Portonave e na Aeroportos Brasil Viracopos, além da CIPA há uma Brigada de Incêndio devidamente capacitada para atuar em situações de emergência.

Em novembro de 2013 a Triunfo decidiu suspender as atividades da Maestra, empresa que atuava no segmento de cabotagem. Em decorrência dessa decisão, 94 dos 330 profissionais vinculados à empresa foram demitidos – o equivalente a 28,4%. Em 31 de dezembro de 2013, 30,5% dos profissionais desligados já se encontravam realocados – entre eles, 20,7% estavam trabalhando em outras empresas da Triunfo.

A fim de minimizar o impacto causado aos profissionais a empresa realizou o mapeamento de oportunidades de emprego oferecidas nas cidades em que havia filiais, identificando, ao todo, 134 vagas adequadas ao perfil dos profissionais que seriam desligados. Essas oportunidades foram apresentadas a cada profissional, ao mesmo tempo em que foi oferecido todo suporte para estruturação de currículos e orientações sobre o mercado de trabalho. No intuito de contribuir para a rápida realocação, e com a devida autorização dos envolvidos, a Companhia enviou um book com informações de todos os profissionais para empresas das regiões onde a Maestra atuava.

5.3 COMUNIDADE

GRI > G4-EC7; G4-SO2

O apoio às comunidades nas quais a Triunfo desempenha suas atividades é um dos valores perseguidos pela Companhia. Todas as unidades operacionais são orientadas a estimular a participação dos seus profissionais em práticas sociais, ambientais e de voluntariado, de maneira a promover melhorias nas comunidades locais. É uma diretriz da Triunfo realizar investimentos sociais em projetos que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental da coletividade.

Em 2013, as empresas Triunfo destinaram R\$ 2,1 milhões para programas sociais e comunitários desenvolvidos em suas áreas de abrangência. O valor representa um crescimento de 3,1% em relação ao investido em 2012.

5.3.1 Responsabilidade social na prática

Projetos culturais

Contém Cultura – Em um contêiner itinerante adaptado em forma de biblioteca, mais de 30 mil pessoas já tiveram a possibilidade de encontrar livros para ler, filmes para assistir e oficinas para aprender novas habilidades. A iniciativa é desenvolvida na região de Navegantes pela Portonave em parceria com o Instituto Caracol. O projeto possui sede fixa – o Espaço Contém Cultura –, na qual são oferecidas aulas e atividades culturais gratuitas para a comunidade. Entre 2011 e 2013 o projeto recebeu investimentos (diretos e via leis de incentivo) de R\$ 370 mil.

Caminhos da Leitura – A Econorte desenvolve o projeto itinerante com o objetivo de incentivar o hábito da leitura nas comunidades. Com um acervo de mais de mil volumes, voltados para todas as idades, o projeto seleciona dois municípios da região norte do Paraná a cada dois meses. As bibliotecas públicas dessas cidades recebem os livros do acervo, que depois seguem para outros municípios. Desde a criação, em 2012, o projeto recebeu investimentos totais de R\$ 66,5 mil – em sua maioria oriundos de incentivos fiscais.

Espetáculos, livros e documentários – Nos últimos anos, a Concepa tem dedicado especial atenção ao patrocínio da produção cultural. Por meio de leis de incentivo, destinou recursos aos espetáculos do Grupo GEDA Cia. de Dança Contemporânea. Em 2013, reservou R\$ 65 mil para o lançamento do livro “O Guaíba” e outros R\$ 258 mil para o documentário “Free Way – 40 anos”, que resgata a história da rodovia e sua relevância para o Rio Grande do Sul e o Brasil.

Projetos educacionais

Educação para o trânsito – A Concepa realiza uma série de atividades relacionadas à educação dos motoristas. A empresa mantém a “Radiovia Free Way”, frequência de rádio (FM 88.3) que veicula reportagens e spots sobre o bom comportamento no trânsito. Também lançou, em janeiro de 2013, um guia de orientação sobre como dirigir na Free Way, que liga Porto Alegre ao litoral gaúcho, com informações sobre manutenção veicular, atendimento emergencial e serviços disponíveis ao longo da rodovia. A partir dos flagrantes de imprudências captados pelas câmeras de segurança, a Concepa auxiliou o governo do Rio Grande do Sul a desenvolver um vídeo educativo, lançado em 2010, hoje utilizado nas aulas ministradas nos Centros de Formação de Condutores (CFCs) do estado.

Educação para a cidadania e o trabalho – A Portonave lançou em 2013 o Projeto Onda, que prevê aulas semanais de uma hora de duração para crianças de 6 a 10 anos. O objetivo é abordar temas relacionados a cidadania e valores éticos. Cem crianças foram atendidas no primeiro ano. Para jovens de 16 a 21 anos, matriculados em escolas públicas e com renda familiar de até um salário mínimo, a Portonave desenvolve o projeto Novos Rumos. Os participantes têm aulas de formação humana, posturas empreendedoras, cooperativismo, direito trabalhista, inclusão digital, ética e cidadania e marketing e economia, além de palestras com os gestores da empresa.

Projetos ambientais

Pingo D'Água – Direcionado a professores e alunos do 4o ano do Ensino Fundamental, o projeto promove a capacitação dos participantes na temática ambiental, com materiais didáticos como o Manual do Professor, a Cartilha do Aluno e a Caderneta de Campo. Desenvolvido pela Econorte, o programa de atividades prevê visitas à Bacia do Rio Tibagi, na região norte do Paraná. O projeto foi criado em 2005 e atendeu 900 professores e 15 mil alunos até 2013, com investimentos de R\$ 58,3 mil.

Concerito Ambiental – A Concer promove um programa de educação ambiental voltado aos estudantes da rede pública de ensino, com a realização de atividades como caminhada ecológica, plantio de mudas e palestra sobre as questões ambientais. O programa atendeu 129 pessoas em 2013.

Operação Delta – Iniciado em 2008, o projeto da Concepa contempla a limpeza das ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, em Porto Alegre, em parceria com a prefeitura, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Colônia de Pescadores Z5. Ao todo, até o final de 2013, foram recolhidas 23 toneladas de lixo do local. Após a limpeza, são plantadas mudas de espécies nativas e realizados trabalhos de conscientização ambiental da população.

Ecopontos – Por meio de centrais móveis para o recebimento de lixo reciclável – os Ecopontos – a Portonave promove a coleta seletiva de resíduos da comunidade de Navegantes, encaminhando-os para a reciclagem. Em 2013, três novos Ecopontos foram instalados na cidade, que agora conta com sete. Quase 25 toneladas de resíduos foram coletadas durante o ano.

Diga Não ao Balão – Desde 2003 o Aeroporto Internacional de Campinas realiza uma campanha de conscientização de crianças sobre os perigos dos balões para a aviação. Em 2013, 120 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental participaram do projeto.

Projetos de saúde

No Dia do Motorista (25 de julho) a Portonave realiza uma campanha intitulada “Sinal Verde”, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. São oferecidos aos motoristas, gratuitamente, medição da pressão arterial, exames de diabetes e aplicação de vacinas. No Carnaval, a Concepa faz uma campanha de prevenção da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis distribuindo material informativo e preservativos nas praças de pedágio. A empresa também tem parceria com o SESI no projeto Empresa Sorriso, voltado ao controle de doenças bucais e à manutenção da saúde dos profissionais.

Projetos sociais

Cidadania nas Estradas – Num ônibus adaptado, a Econorte realiza atividades variadas de atendimento à comunidade, como exames de glicemia e pressão arterial, palestras, sessões de alongamento e exercícios, apresentação de peças teatrais, atividades lúdicas na área ambiental e educação no trânsito para as crianças, salão de beleza para idosos, gestantes e motoristas e bailes para a terceira idade.

Na Mão Certa e Um Freio na Fome – A Concer desenvolve um programa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, veiculando conteúdo educativo no seu site e na revista Via Concer e distribuindo material informativo na rodovia. A empresa também mobiliza funcionários, prestadores de serviço, usuários e parceiros para arrecadar alimentos não perecíveis para famílias de baixa renda que vivem nas cidades atravessadas pela BR-040. Em 2013, 56,8 toneladas de alimentos foram distribuídas a 6,6 mil famílias.

5.3.2 IMPACTOS IDENTIFICADOS

Além de contribuírem para o engajamento da Triunfo junto às comunidades do entorno de seus empreendimentos, os investimentos em programas, projetos e ações sociais representam uma forma de compensar eventuais impactos negativos de suas operações nas diferentes regiões em que atua. Isso porque a Companhia reconhece que suas atividades podem interferir no cotidiano das comunidades locais.

O projeto Nova Subida da Serra (NSS), da Concer, prevê a construção, na BR-040, de uma pista em substituição à atual Rio-Petrópolis, muito antiga e de traçado sinuoso – mas isso implica em uma série de desapropriações de terra na área das obras. No entorno da Portonave, um dos impactos identificados é a poluição sonora, causada pela movimentação de contêineres e de equipamentos de grande porte, bem como pelos caminhões que circulam no Terminal. O ruído também é um dos problemas causados pela operação do Aeroporto Internacional de Campinas, além de desapropriações de terra e fechamento de acessos para a zona rural, necessários para a ampliação das atividades do terminal.

Como prática, as empresas Triunfo procuram agir tanto proativamente quanto reativamente a situações negativas, buscando prestar todos os esclarecimentos necessários às comunidades e identificando as maneiras mais eficientes de reduzir ao máximo possível os impactos provocados. Concessionárias de rodovias como Concepa, Econorte e Concer

procuram agir preventivamente quando há obras, desvios ou outros eventos que possam alterar o fluxo de tráfego nos trechos que administram.

COMUNIDADE DO ENTORNO DA UHE GARIBALDI

Com o início da operação da UHE Garibaldi, a Rio Canoas encaminhou a conclusão dos processos de indenização relativos às propriedades afetadas pelo reservatório. Ao todo, 549 propriedades foram adquiridas pela Rio Canoas para a implantação do empreendimento. Muitas famílias que viviam às margens do rio, em áreas afetadas pelo empreendimento, foram beneficiadas com novas moradias, além de estradas, energia elétrica, abastecimento de água e toda a infraestrutura para a produção agrícola.

Outras 218 famílias que antes eram arrendatárias passaram a ser proprietárias de lotes com no mínimo 8.750 m², uma casa e um galpão com água e energia. Elas receberão verba de manutenção temporária, que varia de um a dois salários mínimos, de acordo com a composição familiar, por um período de nove meses. O benefício visa ao atendimento das necessidades básicas das famílias amparadas, até que preparem e colham a nova safra.

5.4 OUTROS PÚBLICOS

GRI > G4-12; G4-PR5; G4-LA14

A gama de clientes atendidos pelas empresas Triunfo é ampla e diversificada. Inclui motoristas e passageiros de veículos que trafegam por rodovias, usuários de transporte aéreo, armadores, importadores e exportadores, entre outros. Um espectro tão variado de relações exige um nível elevado de atenção e respeito, de forma a assegurar aos clientes a prestação de serviços de excelência – uma responsabilidade assumida por todas as empresas Triunfo.

Prova disso são os resultados de pesquisas de satisfação com os clientes feitas anualmente pelas empresas. Levantamento realizado com os usuários das rodovias administradas pela Econorte, em novembro de 2013, indicou que 96% deles se sentem satisfeitos quanto ao atendimento em geral, enquanto 78% afirmam estar satisfeitos com o estado de conservação das estradas. Entre as pessoas que trafegam nas rodovias administradas pela Concepa o nível de satisfação com os serviços alcançou 96% e com a infraestrutura, 95%. Em relação à Concer, uma pesquisa realizada no mês de novembro revelou índice de satisfação acima de 80% nos serviços prestados pela concessionária.

Na Portonave, as pesquisas de satisfação abrangem três públicos diferentes. Entre os clientes importadores e exportadores, o grau de satisfação atingiu 88,5% em 2013. No caso dos armadores, foi de 84,5%.

Entre os destaques de 2013 está o resultado obtido pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, administrado pela Aeroportos Brasil Viracopos, na pesquisa de Indicadores de Desempenho Operacional em Aeroportos feita trimestralmente, junto aos passageiros, pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), da Secretaria de Aviação Civil. No levantamento realizado no quarto trimestre de 2013 o terminal foi considerado pelos passageiros o melhor do país entre os 15 aeroportos a serem utilizados para a Copa do Mundo 2014. Numa escala de 1 (péssimo) a 5 (muito bom), o aeroporto obteve média geral de 4,12 – a mais elevada entre os terminais avaliados. A pesquisa considera 41 indicadores, dos quais o terminal obteve a maior nota em quatro: estacionamentos, tempo de fila no check-in de autoatendimento, limpeza dos banheiros e velocidade de restituição de bagagem.

5.4.2 FORNECEDORES

A Triunfo possui uma política de contratação de fornecedores que leva em consideração aspectos técnicos e econômicos, rechaçando qualquer tipo de favorecimento ou discriminação. Conforme as instruções do Código de Conduta, as empresas são autorizadas – e orientadas – a realizar a substituição de fornecedores em caso de descumprimento da legislação nos aspectos legais cíveis, ambientais, trabalhistas, tributários, de segurança no trabalho e de saúde. A Companhia ainda não possui uma política de seleção que abranja critérios mais amplos, como os relacionados aos direitos humanos. Suas empresas, no entanto, adotam monitoramentos periódicos que permitem reduzir os riscos de contratação de fornecedores que violem esses preceitos. Todos os contratos assinados pela Concer, por exemplo, contêm cláusulas que inibem condutas inadequadas.

Já a Aeroportos Brasil Viracopos avalia mensalmente as atividades de cada fornecedor, acompanhando, entre outros itens, o cumprimento de obrigações trabalhistas e realizando fiscalizações periódicas em campo. Dessa forma, evita a manutenção, em cadastro, de empresas que apresentem problemas do gênero.

5.4.3 INVESTIDORES

A Diretoria de Relações com Investidores da Triunfo tem o compromisso de manter uma comunicação assertiva com os investidores –, sejam eles institucionais ou individuais, inclusive acionistas e debenturistas – garantindo informações equânimes e transparentes, em acordo com as melhores práticas de governança corporativa. Por meio de um site exclusivo (ri.triunfo.com), a Companhia reúne dados sobre estratégia, governança, destaques operacionais e financeiros, entre outros. Além dos comunicados e fatos relevantes, a página disponibiliza apresentações, conferências telefônicas, calendários de eventos, atas e documentos societários.

O departamento de Relações com Investidores possui um plano de comunicação que inclui um calendário anual de eventos, o qual prevê a realização do Triunfo Investor Day, evento que, em 2013, reuniu mais de 90 participantes, entre investidores e analistas, interessados em conhecer mais sobre a estratégia da empresa e a evolução dos negócios. Também faz parte desse plano a realização de reuniões individuais e em grupo e visitas de investidores às unidades de negócios, sempre com o objetivo de desenvolver uma visão crítica e auxiliá-los na tomada de decisão sobre investimentos.

5.4.4 GOVERNO

Tendo um modelo de negócios baseado em concessões públicas, a Triunfo e suas empresas mantêm relacionamento constante com os governos das três esferas – municipais, estaduais e federal. No sentido de assegurar a idoneidade das suas operações, as empresas podem realizar contribuições em favor de partidos políticos apenas mediante autorização prévia do Conselho de Administração. Em 2013, nenhuma empresa fez doações a partidos nem a políticos.

De modo a eliminar o risco de casos de corrupção nas suas atividades, a Triunfo estabelece no seu Código de Conduta que nenhum profissional pode receber pagamento ou qualquer tipo de vantagem pelos serviços prestados nem usar o cargo para se beneficiar de favores. Também não é permitido fazer pagamentos ou oferecer presentes a servidores públicos para assegurar a prestação de serviços pela empresa.

O assunto é alvo de conversas frequentes entre a diretoria das empresas e os profissionais. Em 2013 o Código de Conduta da Triunfo passou por uma revisão e a nova versão foi divulgada entre os profissionais e fornecedores das empresas e da sede. A Aeroportos Brasil Viracopos, por sua vez, publicou seu próprio Código de Ética Empresarial em

2013. Ao longo do ano, todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como os mais de 600 profissionais da empresa, foram apresentados ao documento. Um treinamento que abarcou temas relacionados à corrupção, abrangendo 405 pessoas, foi ministrado na ocasião do lançamento do Código.

Como resultado desse trabalho, nenhuma empresa Triunfo registrou qualquer caso confirmado de corrupção em 2013.

O RELATÓRIO

6.1 PERFIL

GRI > G4-28; G4-29; G4-30; G4-31; G4-32; G4-33

Para a Triunfo a transparência representa um princípio fundamental ao relacionamento estabelecido com seus diversos stakeholders. Por isso, nos últimos anos, a Companhia tem buscado aprimorar seus processos de relato a fim de oferecer informações cada vez mais qualificadas, que auxiliem diferentes públicos a compreender seus negócios de forma mais completa. O Relatório de Sustentabilidade 2013 é o terceiro publicado pela Companhia conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), que estabelece princípios de qualidade pautados por equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, transparência e confiabilidade.

As diretrizes da GRI incentivam a apresentação de informações que retratem o desempenho da sustentabilidade ao longo dos anos e permitam a comparação entre organizações de todos os portes e setores de atividade. Para a elaboração deste Relatório o desafio da Triunfo foi ainda maior, pois a Companhia optou por adotar a quarta geração de diretrizes (G4) da GRI, lançadas em maio de 2013, as quais propõem relatórios focados em aspectos mais relevantes tanto às organizações quanto a seus stakeholders. A opção de adesão às diretrizes escolhida pela Triunfo foi a “Essencial”, sem verificação externa.

Assim, este Relatório de Sustentabilidade apresenta o desempenho, durante o ano de 2013, da Triunfo e de todas as empresas nas quais tem participação: Aeroportos Brasil Viracopos, Concepa, Concer, Econorte, Portonave, Portonaus, Rio Bonito, Rio Canoas, Rio Guaíba, Rio Tibagi, Rio Verde e Vetria – de modo que as exceções são claramente destacadas. Ao longo da publicação são relatadas informações econômicas, operacionais, ambientais e sociais, além do perfil da Companhia e seu modelo de governança corporativa. Dessa forma, este Relatório pretende prestar contas quanto aos fatos mais relevantes ocorridos, em todas essas dimensões, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

6.1.1 Relato integrado

Em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/1976, a Triunfo publica, anualmente, um Relatório de Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras de cada exercício. Alinhada à proposta do Comitê Internacional para Relatos Integrados (IIRC, na sigla em inglês), a Companhia tem buscado associar o relato sobre desempenho econômico e de gestão ao que se refere a aspectos sociais, ambientais e de governança. Por isso, este Relatório de Sustentabilidade incorpora informações do Relatório de Administração e, em sua versão online, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 da Triunfo.

PUBLICAÇÃO

A Triunfo publica Relatórios de Sustentabilidade com periodicidade anual. A última edição foi lançada em julho de 2013, referindo-se ao ano de 2012, e sua versão online está disponível no portal corporativo da Companhia (www.triunfo.com).

Este Relatório, referente a 2013, também está disponível em versão online no mesmo site.

Perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo podem ser enviadas para comunicacao@triunfo.com.

6.2 ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

GRI > G4-24; G4-25; G4-26; G4-27

O Relatório de Sustentabilidade 2013 da Triunfo foi elaborado com a participação de uma equipe multidisciplinar, envolvendo cerca de 100 profissionais vinculados às empresas Triunfo. Em complemento, foram consultados os principais públicos de relacionamento da Triunfo e de suas empresas, a fim de identificar quais eram suas demandas de informação.

Utilizando-se dos critérios adotados pela GRI como base para a definição dos temas a serem abordados no Relatório, os stakeholders foram questionados sobre os assuntos relacionados à sustentabilidade que mais despertavam seu interesse. A pesquisa foi realizada por meio de questionário eletrônico, enviado pela Triunfo e pelas empresas a representantes de cada grupo de stakeholders.

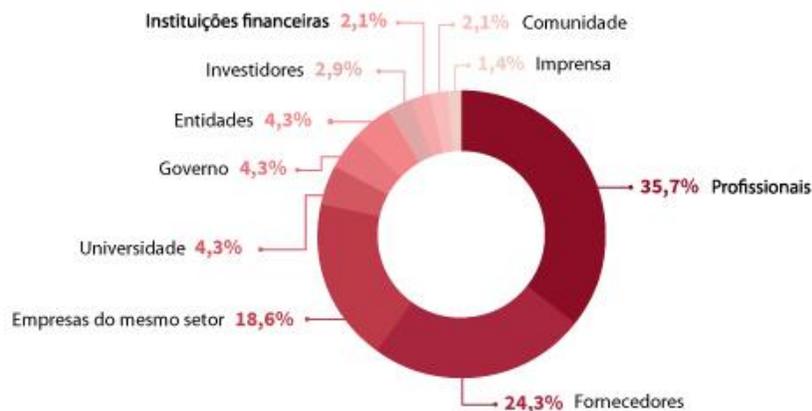
O questionário solicitava que o stakeholder apontasse, entre temas pré-definidos, aqueles que mereceriam maior destaque no Relatório da Triunfo. Os stakeholders também foram questionados em relação à linguagem e à forma do Relatório, a fim de serem verificadas possibilidades de aperfeiçoamento. Ao todo, 148 pessoas responderam ao questionário.

As respostas à consulta online foram complementadas por 23 entrevistas realizadas com representantes de alguns grupos de stakeholders, indicados pela sede e pelas empresas, com o objetivo de esclarecer suas demandas de informação. Essas entrevistas foram realizadas por telefone, sendo conduzidas por comunicadores externos à Companhia, e suas respostas estão devidamente registradas.

GRUPO DE STAKEHOLDERS CONSULTADOS



ENGAJAMENTO - PERFIL DOS RESPONDENTES*



* Números relativos a respostas ao questionário eletrônico. Total de respondentes: 148.

A consulta revelou os temas que despertavam maior interesse em cada grupo de stakeholders, conforme indica a tabela a seguir. Os temas indicados com maior recorrência foram avaliados pela alta gestão da Triunfo, que, em complemento, apontou os assuntos mais relevantes à Companhia, acrescentando tópicos considerados estratégicos. Como resultado, esse processo definiu os aspectos materiais relevantes a serem relatados nesta publicação, atendendo aos interesses da organização e de seus stakeholders – veja mais na página 121.

TEMAS DE MAIOR INTERESSE, POR GRUPO DE STAKEHOLDERS



PERFIL

- Contextualização dos setores de atuação da Triunfo
- Empresas controladas pela Triunfo
- Estrutura societária e operacional

GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Política e diretrizes de gestão
- Código de Conduta – transparência e ética nos negócios
- Gestão de riscos
- Relacionamento com investidores
- Estrutura de governança

DESEMPENHO ECONÔMICO E OPERACIONAL

- Desempenho operacional – resultados dos negócios em 2013 nas diferentes controladas
- Desempenho econômico-financeiro
- Políticas e sistemas de gestão operacional
- Investimentos

GESTÃO AMBIENTAL

- Políticas e programas de gestão ambiental
- Conservação da biodiversidade
- Investimentos
- Ações de Educação Ambiental
- Emissão de gases de efeito estufa

RELACIONAMENTO COM PROFISSIONAIS

- Capacitação e treinamento
- Respeito aos direitos humanos
- Liberdade de associação coletiva
- Ações de promoção da saúde

RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

- Investimentos destinados a programas e ações sociais nas regiões de atuação
- Beneficiados por ações e projetos sociais
- Políticas de relacionamento

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

- Gestão da cadeia de fornecedores
- Política de relacionamento com fornecedores
- Compras responsáveis
- Percentual de fornecedores locais
- Capacitação da cadeia de fornecedores

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

- Políticas e práticas relacionadas à satisfação dos clientes e usuários
- Resultado de pesquisas de satisfação
- Multas e sanções relacionadas à não conformidade com leis

6.3 ASPECTOS MATERIAIS

GRI > G4-17; G4-18; G4-19; G4-20; G4-21; G4-22; G4-23

Finalizado o processo de engajamento de stakeholders para definição de conteúdo do Relatório de Sustentabilidade, a alta gestão da Triunfo avaliou os temas identificados como relevantes pelos públicos consultados. Além de validarem esses temas, os gestores agregaram à matriz de relevância assuntos prioritários para a Companhia, cujo relato se mostra estratégico sob a ótica dos interesses corporativos. A partir dessas informações foram destacados os aspectos materiais/relevantes a serem relatados nesta publicação.

Aspectos materiais – Relatório de Sustentabilidade 2013

Econômica	Ambiental	Social			
		Práticas trabalhistas e trabalho decente	Direitos Humanos	Sociedade	Responsabilidade pelo produto
Desempenho econômico	Biodiversidade	Emprego	Não discriminação	Comunidades locais	Saúde e segurança do cliente
Presença no mercado	Geral – Investimentos em proteção ambiental	Relações entre trabalhadores e empregadores	Liberdade de associação e negociação coletiva	Combate à corrupção	Conformidade
	Conformidade legal	Saúde e Segurança no Trabalho			
	Água	Treinamento e educação			
	Energia	Diversidade e igualdade de oportunidades			

6.4 ÍNDICE REMISSIVO GRI

6.4 GRI CONTENT INDEX

Sumário de conteúdo da GRI para a opção “de acordo” – Essencial

GRI Content Index for ‘In accordance’ – Core

Conteúdos gerais <i>General standard disclosures</i>	Página <i>Page</i>
Estratégia e análise / Strategy and analysis	
G4-1	8, 9
Perfil organizacional / Organizational profile	
G4-3	14
G4-4	22-37
G4-5	14
G4-6	22
G4-7	15
G4-8	22, 30
G4-9	14, 61 (parcial)
G4-10	88-90 (parcial)
G4-11	88
G4-12	109 (parcial)
G4-13	15, 99
G4-14	86
G4-15	86
G4-16	86 (parcial)
Aspectos materiais identificados e limites / Identified material aspects and boundaries	
G4-17	121
G4-18	121
G4-19	121
G4-20	121
G4-21	121
G4-22	121
G4-23	121
Engajamento de stakeholders / Stakeholder engagement	
G4-24	116
G4-25	116
G4-26	117
G4-27	118-120

Conteúdos gerais <i>General standard disclosures</i>	Página <i>Page</i>
Perfil do Relatório / Report profile	
G4-28	114
G4-29	114
G4-30	114
G4-31	114
G4-32	42, 114
G4-33	114
Governança / Governance	
G4-34	42
Ética e integridade / Ethics and integrity	
G4-56	49

Adicionais <i>Additional</i>	
Governança / Governance	Página / Page
G4-38	43-44
G4-39	43
G4-42	38, 42
G4-51	47

Conteúdos padrão específicos / Specific standard disclosures

Aspectos materiais / Material aspects	Informações sobre a Forma de Gestão e Indicadores / DMA and indicators	Página / Page
Desempenho Económico / Economic Performance	Valor Económico Direto Gerado e Distribuído (G4-EC1) <i>Direct Economic Value Generated and Distributed (G4-EC1)</i>	52-69
	Forma de gestão / DMA	72-73
Biodiversidade / Biodiversity	Áreas protegidas (G4-EN11) / <i>Protected Areas(G4-EN11)</i>	73-76
	Habitats protegidos ou restaurados (G4-EN13) / <i>Habitats Protected or Restored (G4-EN13)</i>	73-76
Geral – Investimentos em proteção ambiental / <i>Overall - Environmental Protection Investments</i>	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo (G4-EN31) / <i>Total Environmental Protection Expenditures and Investments by Type (G4-EN31)</i>	79
Conformidade legal / <i>Com- pliance</i>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplica- das em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais (G4-EN29) <i>/ Monetary Value Of Significant Fines and Total Number of Non-Monetary Sanctions for Non- Compliance With Environmental Laws and Regulations (G4-EN29)</i>	72-73
Água / <i>Water</i>	Forma de gestão / DMA	76
	Total de retirada de água por fonte (G4-EN8) / <i>Total Water With drawal by Source (G4-EN8)</i>	77
Energia / <i>Energy</i>	Forma de gestão / DMA	78
	Consumo de energia dentro da organização (G4-EN3) / <i>Energy Consumption Within the Organization (G4-EN3)</i>	78
	Consumo de energia fora da organização (G4-EN4) / <i>Consumption Outside of the Organiza- tion (G4-EN4)</i>	79
Emprego / <i>Employment</i>	Número total e taxas de novas contratações de empregados por gênero (G4-LA1) / <i>Total Number and Rates of New Employee by Gender (G4-LA1)</i>	91
	Benefícios concedidos a empregados em tempo integral (G4-LA2) / <i>Benefit sProvided to Full- Time Employees (G4-LA2)</i>	93
	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade / paternidade, discrimi- nadas por gênero (G4-LA3) / <i>Return to Work And Retention Rates After Parental Leave, by Gender (G4-LA3)</i>	93
Relações trabalhistas / <i>Management Relations</i>	Forma de gestão / DMA	88
Saúde e segurança no tra- balho / <i>Occupational Health and Safety</i>	Forma de gestão / DMA	99
	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança (G4-LA5) / <i>Percentage of Total Workforce Represented in Formal Joint Management-Worker Health And Safety Committees (G4-LA5)</i>	99
Treinamento e educação / <i>Training and Education</i>	Forma de gestão / DMA	96
	Número médio de horas por ano por empregado (G4-LA9) / <i>Average Hours of Training Per Year Per Employee (G4-LA9)</i>	97
	Programas de gestão de competências (G4-LA10) / <i>Programs for Skills Management (G4-LA10)</i>	95
Diversidade e igualdade de oportunidades / <i>Diversity and Equal Opportunity</i>	Forma de gestão / DMA	92
Não discriminação / <i>Non-dis- crimination</i>	Forma de gestão / DMA	92
Comunidades locais / <i>Local Communities</i>	Forma de gestão / DMA	100
	Operações com impactos negativos (G4-S02) / <i>Operations With Significant Negative (G4-S02)</i>	106-107
Combate à corrupção / <i>Anti- corruption</i>	Forma de gestão / DMA	49, 87, 111
Saúde e segurança do cliente / <i>Customer Health and Safety</i>	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente / <i>Results of Surveys Measuring Customer Satisfaction (G4-PR5)</i>	108